



13 DE JULHO DE 2016

Quarta-feira

- PARANÁ EXPORTOU 7% MAIS NO PRIMEIRO SEMESTRE DESTA ANO
- PUBLICADO REGULAMENTO PARA BENEFICIAR OS EXPORTADORES
- DESEMPREGO SEGUIRÁ CRESCENDO MESMO COM EVENTUAL RECUPERAÇÃO ECONÔMICA
- LIMITE DE ICMS PARA COMBUSTÍVEL DE AVIAÇÃO AVANÇA NO SENADO
- 81% DOS BRASILEIROS SÃO CONTRA AUMENTO DE IMPOSTOS, DIZ PESQUISA
- COM MELHORA DAS EXPORTAÇÕES, ANALISTAS JÁ PROJETAM ALTA DE 2% NO PIB DE 2017
- GOVERNO PUBLICA DECRETO QUE PASSA COMANDO DA CAMEX PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA
- TOYOTA INICIA EXPORTAÇÃO DO MODELO ETIOS PARA O PERU
- PRODUÇÃO DE MOTOS CAI 33,4% NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO
- INDÚSTRIA DE MOTOS JÁ CORTOU 2 MIL EM 2016
- GRUPO BMW TEM RECORDE NAS VENDAS GLOBAIS
- CARRO ELÉTRICO ECONOMIZA 84% ANTE GASOLINA
- FÁBRICAS FARÃO SÓ 1 MILHÃO DE MOTOS EM 2016
- INCORPORAÇÃO DA TRW PELA ZF COMPLETA 1 ANO
- NOVELIS FORNECERÁ ALUMÍNIO PARA O NOVO CADILLAC DA GENERAL MOTORS
- EUROPA SUSTENTA RESULTADOS DO GRUPO PSA NO 1º SEMESTRE
- BRASIL AVANÇA EM RANKING DE MELHORES EMERGENTES, MAS SEGUE ENTRE OS MAIS FRÁGEIS
- COMÉRCIO REFLETE ENFRAQUECIMENTO DO MERCADO DE TRABALHO, APONTA IBGE
- DEPUTADOS APROVAM MP QUE LIBERA FGTS COMO GARANTIA PARA CONSIGNADO
- TEMER VETA PROJETO QUE DEFINIA DESASTRES NATURAIS PARA SAQUE DO FGTS
- CONSELHO MUNDIAL DE ENERGIA DEBATE CENÁRIOS ENERGÉTICOS PARA AMÉRICA LATINA
- GOVERNO TEMER REVÊ USINAS E QUER VENDER ENERGIA À ARGENTINA

- TEMER CRIA FUNDO PARA INOVAÇÃO COM MENOS DE 10% DO VALOR INVESTIDO EM 2015
- ÍNDICE DOW JONES FECHA COM NOVO RECORDE HISTÓRICO
- MONTADORAS NEGOCIAM NOVAS LICENÇAS E DEMISSÕES VOLUNTÁRIAS
- TESLA DESCARTA DESATIVAR 'PILOTO AUTOMÁTICO' APÓS ACIDENTE FATAL
- A ARRECADAÇÃO TAMBÉM É VÍTIMA DA COMPLEXIDADE TRIBUTÁRIA
- O QUE O BRASIL PERDE AO NÃO ENSINAR A EMPREENDER NA ESCOLA
- INFORMALIDADE CRESCENTE PREJUDICA A ECONOMIA
- ESTUDO MOSTRA QUE EMPRESAS BRASILEIRAS PAGAM MAIS IMPOSTOS DO QUE DEVEM
- SENADO APROVA PACOTE: VEJA QUAIS CATEGORIAS TERÃO REAJUSTE SALARIAL
- ARTIGO: ESTÉTICA
- CSN CRITICA NIPPON STEEL POR TRATAMENTO A AUMENTO DE CONTRATOS COM A USIMINAS
- COBRE OPERA EM ALTA COM DADOS DE IMPORTAÇÃO FAVORÁVEIS DA CHINA
- VOLUME DE SERVIÇOS PRESTADOS TEM PIOR DESEMPENHO REGISTRADO EM MAIO DESDE 2012
- RECESSÃO LEVA A DEBANDADA DE EMPRESAS DA BOVESPA
- CAIXA PODE OFERECER CONDIÇÃO MELHOR DE FINANCIAMENTO', DIZ PRESIDENTE DO BANCO

CÂMBIO		
EM 13/07/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,289	3,290
Euro	3,654	3,656

Fonte: BACEN

Paraná exportou 7% mais no primeiro semestre deste ano

13/07/2016 - Fonte: Bem Paraná

A boa safra agrícola, o câmbio e a retomada das vendas externas de automóveis fizeram o Paraná fechar o primeiro semestre com um crescimento de 7,1% nas exportações.

As receitas somaram US\$ 7,87 bilhões nos primeiros seis meses de 2016, contra US\$ 7,34 bilhões no mesmo período do ano passado, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O resultado paranaense contrastou com o desempenho das exportações brasileiras. No mesmo período, o Brasil registrou uma queda de 4,3%, passando de US\$ 94,3 bilhões para US\$ 90,3 bilhões, impactado pelo recuo das vendas de minério de ferro e derivados de petróleo.

Para o diretor presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), Julio Suzuki Júnior, a tendência é que o Paraná feche o ano com resultado positivo nas exportações, rompendo dois anos seguidos de queda.

“Ainda que não tenhamos o impacto das exportações da soja no segundo semestre, já que os embarques se concentram na primeira metade do ano e a valorização recente do real possa trazer um pouco de preocupação, o Paraná deve fechar no azul as exportações de 2016”, afirma.

LIDERANÇA DA SOJA - No Paraná, a soja se manteve na liderança das exportações no primeiro semestre, com uma participação de 27,5% do total exportado. O grão gerou uma receita de exportação de US\$ 2,17 bilhões, com variação de 24,2% sobre o registrado no mesmo período do ano passado (US\$ 1,74 bilhão).

As vendas de cereais – principalmente milho – também tiveram bom resultado, com acréscimo de 40,2% em relação ao mesmo período do ano passado, para US\$ 224,3 milhões.

SETOR AUTOMOTIVO - O maior destaque, porém, ficou para a retomada das exportações do setor automotivo, influenciadas pelo câmbio mais favorável e pelo crescimento das importações da Argentina.

Desde que Mauricio Macri assumiu a presidência no país vizinho, no ano passado, uma das principais alterações foi a queda de barreiras para a entrada de automóveis no país. A Argentina é o principal destino dos veículos produzidos no Estado.

As vendas externas de automóveis tiveram evolução de 47% no primeiro semestre de 2016, totalizando US\$ 267,7 milhões. As exportações de veículos de carga somaram US\$ 127,4 milhões, o que representou uma alta de 177,9% e em relação ao primeiro semestre de 2015 (US\$ 45,9 milhões).

DESTINOS - A China, principal destino das exportações do Paraná, aumentou em 29,9% as encomendas no primeiro semestre na comparação com o mesmo período de 2015, alcançando US\$ 2,41 bilhões.

Argentina comprou 31% mais, com importações de US\$ 671,7 milhões. Os Estados Unidos, por sua vez, importaram US\$ 377,6 milhões, 4% mais do que no mesmo período do ano passado.

IMPORTAÇÕES – A valorização do dólar, por outro lado, derrubou as importações nos últimos meses. No primeiro semestre, as receitas caíram 22,6%, de US\$ 6,6 bilhões para 5,09 bilhões.

A queda atingiu a maioria dos produtos. Entre os maiores recuos nas importações ficaram automóveis, com retração de 62,1% (de US\$ 354, 2 milhões para US\$ 134,2 milhões); óleo bruto de petróleo, com 64,9% (US\$ 363,6 milhões para US\$ 127,6 milhões).

SALDO POSITIVO - Com o aumento das exportações e diminuição das importações, a

balança comercial do Paraná fechou os primeiros seis meses com saldo positivo de US\$ 2,78 bilhões.

O valor registrado no semestre equivale a quase todo o superávit registrado no ano passado, de US\$ 2,46 bilhões.

Publicado regulamento para beneficiar os exportadores

13/07/2016 - Fonte: DCI

A publicação do regulamento do Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital, o Recof-Sped, deverá garantir benefícios tributários para empresas exportadoras do País.

De acordo com a advogada e especialista em direito e comércio internacional do escritório Martinelli Advogados, Carmem Grasielle da Silva, com a publicação dessas regras - no último dia 8 deste mês, no Diário Oficial - as empresas interessadas nos benefícios do regime poderão pleitear a habilitação.

O Recof-Sped foi instituído no início do ano e permite que a empresa beneficiária importe ou adquira no mercado interno brasileiro - sem o pagamento de tributos - mercadorias que serão submetidas a operações de industrialização de produtos, partes ou peças destinadas à exportação ou ao mercado interno.

"A expectativa da Receita Federal é que até mil empresas, responsáveis por exportações anuais da ordem de US\$ 50 bilhões, possam aderir ao regime", aponta Carmem.

Desemprego seguirá crescendo mesmo com eventual recuperação econômica

13/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Todos os dias, centenas de pessoas procuram as agências do trabalhador. Aniele Nascimento/Gazeta do Povo

No segundo trimestre de 2014, quando o PIB brasileiro teve uma retração de 0,8% e abriu caminho para a recessão, a taxa de desemprego no país era de 6,8%. Até fevereiro do ano seguinte ela manteve-se abaixo dos 7% e só foi ultrapassar a barreira dos 10% um ano depois, em fevereiro deste ano.

Esse descompasso entre os indicadores de atividade econômica e de emprego é comum e, do mesmo modo que a taxa de desocupação demorou a crescer enquanto a economia se afundava, a tendência é que ela também demore a diminuir no momento em que houver a retomada do crescimento econômico no Brasil.

Segundo o economista Luciano Nakabashi, professor da USP de Ribeirão Preto, o mercado formal de trabalho demora a reagir porque, no começo de uma recessão, muitas empresas relutam em demitir porque têm expectativa de uma recuperação no curto prazo.

“Quando se demite uma pessoa, existem os custos trabalhistas, além da perda de uma pessoa que já tem experiência nas atividades que realiza, sendo custoso treinar uma pessoa no momento da contratação”, avalia.

No momento de retomada, o impacto no desemprego segue a mesma tendência. “Em um momento de recuperação, existe certa capacidade ociosa, inclusive de trabalhadores que a empresa resistiu em demitir, pois sabe que será difícil encontrar novamente um trabalhador do mesmo nível no momento da recuperação. Por isso, em um primeiro momento, ocorre uma recuperação da economia com pouco impacto no mercado de trabalho”, explica Nakabashi.

14%

No dia em que anunciou o nome do economista Ilan Goldfajn para o comando do Banco Central, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o desemprego pode chegar a 14%.

“Se nada for feito, se não for tomada medida nenhuma, se não restaurarmos a confiança, se não tomarmos medidas que visem restaurar, por exemplo, a trajetória da dívida pública e várias outras coisas, em resumo, sem a restauração da confiança e com a economia em contração como está no momento e se isso continuasse – o que obviamente não é o caso – o desemprego poderia chegar a 14% ao ano”.

Atualmente, a taxa de desemprego está em 11,2% – resultado obtido no trimestre entre fevereiro e abril deste ano e que se manteve em maio. Na avaliação de alguns especialistas, a taxa deve seguir crescendo até o fim deste ano. Para o economista José Márcio Camargo, da Opus Gestão de Recursos, a taxa de desocupação deve atingir 13% no mês de setembro ou outubro de 2016.

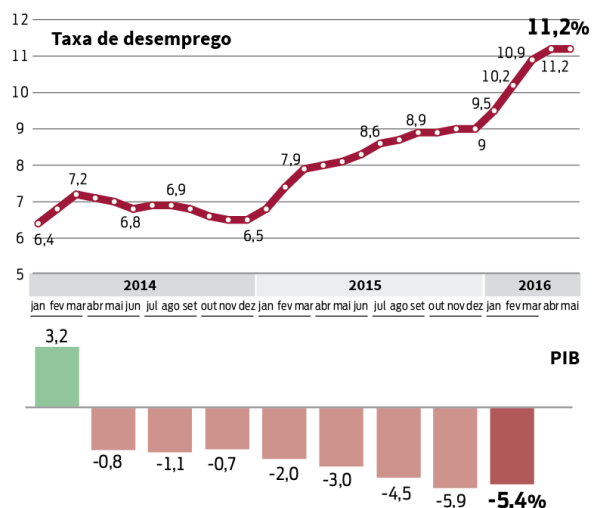
“A queda do desemprego acontece lentamente. Normalmente o desemprego estabiliza, permanece uns seis meses estabilizado em nível elevado e depois então começa a cair. No evento atual vai demorar ainda mais. Não estou imaginando que a economia vai crescer de forma acelerada nos próximos três ou quatro anos”, analisa.

Queda só em 2018

Nas projeções econômicas de longo prazo elaboradas pela equipe econômica do Bradesco, o desemprego começa a cair apenas em 2018, mesmo que o banco preveja um crescimento de 1,5% do PIB já no ano que vem. A previsão do banco é que em 2017 a desocupação atinja 11,9% da força de trabalho.

Desemprego X PIB

A partir do segundo trimestre de 2014, o PIB brasileiro começou a cair e colocar o país em recessão. A taxa de desemprego, entretanto, só começou a subir no primeiro trimestre de 2015. A tendência é que o mesmo comportamento mais lento aconteça no momento de retomada da economia.



Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Economistas não veem retomada do país no curto prazo

Os economistas destacam que para haver retomada do emprego é preciso haver sinais mais claros de recuperação da economia. José Márcio Camargo, da Opus Gestão de Recursos, avalia que ainda é cedo para falar em crescimento. "Em geral, o primeiro setor a estabilizar é o industrial. Segundo ele, a indústria já vem apresentando alguns sintomas de estabilidade, mas o setor ainda está em queda. A gente deve esperar", afirma.

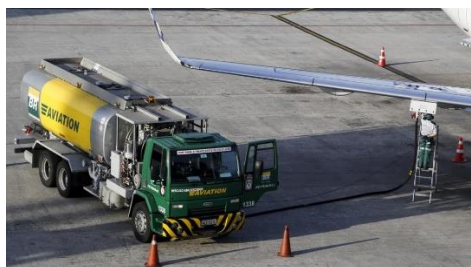
Para o professor de economia da UFRGS, Cássio Calvete, a recuperação da economia depende fortemente da estabilização do cenário político. "A crise se explica muito mais pela questão política do que pelos fundamentos econômicos. A instabilidade política fez a economia despencar, portanto a retomada da economia e do mercado de trabalho está muito mais dependente da questão política do que da econômica", diz.

O próprio presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, é parcimonioso ao falar do crescimento econômico. "Existe a chance de termos chegado ao fundo do poço. Estou falando do passado.

Acho que a confiança nas políticas está começando a aumentar e isso é capaz de gerar uma recuperação. Essa não será de um dia para o outro, mas é capaz de ser uma recuperação sistemática, contínua", disse, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*.

Limite de ICMS para combustível de aviação avança no Senado

13/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O projeto de resolução que fixa um teto de 12% para a alíquota de ICMS sobre combustível de aviação foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado nesta terça-feira (12). O texto ainda precisa ser votado pelo plenário da Casa, mas não há data marcada para isso ainda.

Atualmente, os Estados praticam tarifas que variam de 3% a 25%. A Constituição permite ao Senado estabelecer alíquotas ao ICMS, mesmo ele sendo um imposto estadual, e sem aprovação do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

Em crise desde 2014, com prejuízos estimados em R\$ 10 bilhões, as empresas aéreas estão pedindo ajuda ao governo, alegando que terão que reduzir rotas e o atendimento. A medida tem apoio de parte dos Estados do Norte e Nordeste do país.

As empresas apontam que o combustível de aviação no Brasil é dos mais caros do mundo, variando entre 35% a 40% do custo das empresas em operação no país, em parte pelos impostos.

A diferença nas alíquotas é uma reclamação de longa data das companhias, que dizem que muitas vezes abastecem mais que o necessário em aeroportos de Estados com ICMS menor, o que reduz a eficiência das aeronaves. Após pressão das empresas, o governo do presidente interino, Michel Temer, passou a apoiar a medida.

De acordo com a Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), a redução neste tributo reduziria em cerca de R\$ 490 milhões por ano os custos das empresas aéreas no país.

Estados como São Paulo, que cobra 25% de ICMS sobre o querosene, no entanto, são contrários ao projeto porque temem perder arrecadação.

Na semana passada, o secretário de Fazenda de São Paulo, Renato Villela, afirmou em audiência pública no Senado que o Estado não pode perder R\$ 300 milhões de arrecadação de impostos, mesmo não estando em situação fiscal de colapso. Ele disse ainda que a medida tem o caráter exclusivo de redistribuir impostos de São Paulo para o restante do país.

A Abear, no entanto, estima que o teto não representaria redução significativa de arrecadação de ICMS em 15 Estados. Em outros 11 haveria perdas moderadas. Mas a entidade avalia que isso seria compensado pelo aumento da participação da aviação na economia e os Estados podem ser compensados com mais abastecimento de aeronaves em seus aeroportos.

Durante a discussão do projeto, o autor da proposta, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que existe uma guerra fiscal entre os Estados devido à cobrança do imposto e que, onde houve redução da alíquota do ICMS, a malha aeroviária prosperou.

Já a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) argumentou que o momento não é adequado para fazer Estados e municípios perderem receita.

“É muito difícil conseguir redução de tarifas com desoneração em setores que são monopolizados, como a aviação. Em nenhum momento a Abear deixou claro que a desoneração vai beneficiar o consumidor final”, afirmou. Ela também reclamou sobre a competência do Senado em definir uma alíquota estadual.

81% dos brasileiros são contra aumento de impostos, diz pesquisa

13/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



O governo já arrecada muito e não precisa aumentar impostos para melhorar os serviços públicos. A avaliação é de 81% de brasileiros, segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada nesta terça-feira (12).

O percentual que considera os impostos no Brasil muito elevados passou de 44% em 2010 para 65% em 2016. Os que consideram que os impostos vêm aumentando muito subiram de 43% em 2010 para 83% este ano. Além disso, 70% concordam que a baixa qualidade dos serviços públicos é mais consequência da má utilização dos recursos do que da falta deles.

Para 84% dos entrevistados, os impostos no Brasil são elevados ou muito elevados e 73% são contra o retorno da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Serviços públicos

Saúde e segurança pública são os serviços públicos mais mal avaliados. Com base na opinião da população, foi construído um índice que vai de zero a 100. Valores superiores a 50 representam a parcela da população que considera o serviço de alta ou muita qualidade e aqueles abaixo de 50 indicam maior avaliação negativa do serviço.

A saúde e a segurança têm as piores avaliações entre 13 serviços analisados. Receberam os índices mais baixos: 20 e 22 pontos.

Nenhum dos serviços alcançou índice acima de 50 pontos. Os que tiveram a melhor avaliação foram o fornecimento de energia elétrica e os Correios, com 48 e 46 pontos, respectivamente.

Contas públicas

Para 80% dos entrevistados, o governo deve reduzir as despesas atuais para diminuir os déficits orçamentários e 59% consideram que os gastos públicos subiram muito nos últimos anos.

Entre os que recomendam o corte de gastos, a prioridade deve ser reduzir o custeio da máquina pública e os salários dos funcionários públicos, na opinião de 32% e 22%, respectivamente.

Para os que acham que o governo deve manter os gastos, foram apresentadas três opções para estabilizar as contas. E 42% disseram que o governo deve vender ou conceder bens e estatais à iniciativa privada, 17% defenderam a criação de impostos e 12% acham que é melhor aumentar a dívida pública. Outros 30% não souberam responder.

Quanto menor a instância de governo, maior a percepção da população de que o dinheiro é bem utilizado. A pesquisa apurou que 83% consideram que os recursos federais são mal utilizados ou muito mal utilizados pelo presidente da República e seus ministros. O percentual cai para 73% quando se analisa o orçamento estadual e para 70% quando se verifica o municipal.

A pesquisa foi feita em parceria com o Ibope e entrevistou 2.002 pessoas em 143 municípios, entre os dias 17 e 20 de março.

Com melhora das exportações, analistas já projetam alta de 2% no PIB de 2017

13/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Com a expectativa de um bom desempenho das exportações, economistas começam a vislumbrar uma retomada mais vigorosa da economia brasileira em 2017. Enquanto o governo espera um crescimento de 1,2% para o ano que vem, algumas projeções já apontam expansão de 2%.

Na visão desses especialistas, o bom desempenho, no mercado externo, de diversos setores da indústria — como alimentos, bebidas, produtos têxteis, máquinas, couro, calçados, celulose e papel, madeira e automóveis — pode puxar a recuperação

econômica. O setor têxtil, por exemplo, viu as exportações de fios saltarem 146% no primeiro semestre, e a indústria automobilística registrou aumento de 14,2% nas vendas ao exterior.

“O desempenho ruim da indústria foi o epicentro de nossa crise, e a retomada do crescimento do país passa por sua recuperação. A exportação é o principal motor desse movimento, e a substituição das importações também ajudará”, diz o economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), que não faz projeções para a economia em 2017, mas acredita que o desempenho deve ser positivo.

Novos mercados

Um estudo do economista Rodolfo Margato, do banco Santander, avalia que a economia brasileira chegou ao fundo do poço este ano, e, a partir de 2017, os investimentos, depois de três anos encolhendo, vão puxar a retomada. Com isso, o Santander prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) tenha expansão de 2% no ano que vem e de 3% em 2018.

“Depois de ter recuado 30% no acumulado entre 2014 e 2016, estimamos que o investimento possa crescer 6% em 2017, com a recuperação da confiança do empresariado e a queda dos juros”, avalia Margato, que projeta a taxa básica de juros (Selic) em 10% no fim de 2017.

Apesar da baixa utilização da capacidade instalada na indústria, observa Margato, o aumento das exportações de manufaturados e a substituição de importações exigirão investimentos em novos processos de produção, distribuição e tecnologias, para que o país aumente a competitividade a fim de ganhar mercados. Internamente, diz o estudo, o consumo continuará deprimido, em meio a um cenário macroeconômico adverso, com desemprego alto e queda na renda das famílias.

O economista do banco Fibra, Cristiano Oliveira, também vê o comércio exterior como um dos principais fatores da volta do crescimento. Otimista, ele estima expansão do PIB de 2,1% em 2017.

“Como estimamos uma expansão de 2% para o PIB e de apenas 0,5% para a demanda interna, a conclusão é que o setor externo responderá por boa parte desse crescimento”, ressalta Oliveira, que cita a indústria automotiva entre os setores cujas exportações devem puxar a retomada.

Veículos

Embora venha amargando quedas da ordem de 20% nas vendas internas e na produção, as exportações da indústria automobilística brasileira cresceram 14,2% no primeiro semestre, somando 226,6 mil unidades. Segundo a Anfavea, associação que representa os fabricantes, houve aumento das vendas a clientes tradicionais, como Argentina e México, e a conquista de novos mercados na América Central e no Oriente Médio.

“As negociações entre as indústrias instaladas no Brasil e o Irã para exportação de veículos estão avançando, com algumas montadoras mais próximas de fechar negócios”, diz o presidente da Anfavea, Antonio Megale, que vê, no mercado iraniano, potencial de compra de 140 mil carros, 35 mil caminhões e 17 mil ônibus.

Marcelo Carvalho, economista-chefe para a América Latina do banco BNP Paribas, também estima expansão de 2% para o PIB em 2017. E afirma que a reação virá pelo investimento, já que o consumo das famílias será o último a reagir.

Com o dólar médio em torno de R\$ 3,60 no primeiro semestre, muitos setores já ganharam terreno nas exportações. O Ministério da Agricultura, por exemplo, informou

que as vendas do agronegócio somaram US\$ 45 bilhões, alta de 4% frente ao mesmo período de 2015.

Foi o terceiro melhor resultado da série histórica, iniciada em 1997.

O setor calçadista também já colhe ganhos no front externo. Segundo a Abicalçados, associação que representa a indústria, nos seis primeiros meses do ano, as vendas subiram 3,3% em volume, em relação ao mesmo período de 2015, mas estão 2,7% inferiores em receita (US\$ 451,47 milhões).

Ainda assim, para alguns mercados as vendas dispararam. Para a Argentina, o crescimento no período foi de 85%, somando US\$ 41,4 milhões, um aumento de 56,8% em faturamento.

Os embarques para os Estados Unidos, o maior comprador dos calçados brasileiros, cresceram 24,3% em número de pares e 17% em faturamento, chegando a US\$ 102,54 milhões. No mesmo período, as importações de calçados importados caíram 35% em volume e 38,3% em receita.

“O câmbio trouxe uma vantagem com preços mais competitivos no primeiro semestre. Mas estamos preocupados com a volatilidade. Por vezes, é melhor um câmbio mais baixo do que flutuando como está”, diz Heitor Klein, presidente-executivo da Abicalçados, lembrando que o calçado brasileiro ganhou novos mercados, como os Emirados Árabes.

No setor têxtil, em volume, a exportação de fios avançou 146% no primeiro semestre, a de tecidos, 25%, e a de confecções, 22%. A Abit, que representa a indústria, mantém as projeções para as exportações este ano: estabilidade no vestuário e crescimento de 9% em produtos têxteis. Mas ressalta que a volatilidade do dólar inibe investimentos em maquinário.

Apreciação do real

Especializada em transações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos, a consultoria Drummond Advisors, de São Paulo, viu o movimento de empresas interessadas em exportar aumentar 70% apenas no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2015.

Foram 68 empresas, de micro a companhias de capital aberto, a procurarem auxílio para começar a vender aos EUA. São companhias do setor de tecnologia, bebidas e alimentos. “O dólar alto ajudou, mas o cenário econômico ruim também fez crescer a procura por novos mercados e novas fontes de receita”, explica Michel de Amorim, sócio da consultoria.

Margato, do Santander, ressalta que a projeção de crescimento considera avanço no ajuste fiscal. Já o economista do Iedi, Rafael Cagnin, teme que a apreciação do real frente ao dólar possa tirar o “fôlego do motor das exportações”. Nesta segunda (11), a moeda americana encerrou a R\$ 3,31.

Divulgado ontem pelo Banco Central, o boletim Focus reduziu sua projeção para o dólar no fim deste ano de R\$ 3,46 para R\$ 3,40. Para 2017, recuou de R\$ 3,70 para R\$ 3,55. A estimativa para a expansão do PIB permaneceu em 1%.

Governo publica decreto que passa comando da Camex para presidente da República

13/07/2016 - Fonte: Paraná Online

A transferência, ao Itamaraty, de um braço forte no comércio exterior foi formalizada nesta terça-feira, 12, com a publicação do Decreto 8.807 em edição extra do Diário Oficial.

Ele traz as alterações que foram negociadas entre o presidente em exercício, Michel Temer, e o ministro das Relações Exteriores, José Serra, quando este foi convidado para o cargo.

Assim, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) passa a ser presidida pelo próprio Temer, e a presidência do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) passa a ser exercida pelo por Serra.

Antes, a presidência da Camex estava sob responsabilidade do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). A presidência do Gecex também estava com o MDIC.

Toyota inicia exportação do modelo Etios para o Peru

13/07/2016 - Fonte: Paraná Online

A Toyota informou nesta terça-feira, 12, que começou a exportar para o Peru o modelo Etios, montado na fábrica de Sorocaba.

A decisão é tomada em meio a uma crise do mercado de veículos brasileiro, onde as vendas totais acumulam recuo de 25,4% no primeiro semestre deste ano, segundo a Fenabreve. Para compensar a fraqueza da demanda interna e reduzir a ociosidade da produção, as montadoras têm buscado ampliar suas vendas no exterior.

Com o início das exportações do Etios para o Peru, o país andino tornou-se o quarto destino comercial do veículo. O modelo é vendido para a Argentina desde novembro de 2013 e para Paraguai e Uruguai desde outubro de 2014. Não há previsão do volume que será exportado para o Peru. A ideia é embarcar o modelo conforme a demanda dos peruanos.

A assessoria de comunicação da montadora explicou que a decisão não tem relação com o acordo de livre comércio assinado em abril entre Brasil e Peru. Trata-se de uma tentativa de aproveitar a presença de uma distribuidora da Toyota no país, a Toyota del Peru.

A montadora exportou, de janeiro até junho deste ano, 20.904 veículos, 16% a mais que o total exportado durante igual período de 2015. Do volume somado no primeiro semestre de 2016, 11.137 são unidades do modelo Etios, um crescimento de 44% em relação aos 7.690 veículos exportados no primeiro semestre do ano passado.

Em 2015, a marca distribuiu 39 mil veículos aos países com quem detém parceria comercial no continente sul-americano. Para este ano, a Toyota espera exportar 42 mil unidades, aumento de 7% em comparação com 2015, sendo 26 mil apenas com o modelo Etios.

Produção de motos cai 33,4% no primeiro semestre do ano

13/07/2016 - Fonte: Bem Paraná

A produção de motocicletas caiu 33,4% no período de janeiro a junho deste ano, somando 464.357 unidades, de acordo com dados divulgados nesta terça (12) pela Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares). No mesmo período do ano passado foram produzidas 697.540 motocicletas. As informações são da Agência Brasil.

No mês de junho, foram fabricadas 81.387 unidades, o que representa uma retração de 11,8% na comparação com maio e de 30,4% em relação a junho do ano passado. Nos primeiros seis meses do ano, as vendas para as concessionárias chegaram a

452.368 unidades, 31,4% a menos do que no mesmo período do ano passado (659.093).

Em junho, foram comercializadas 77.548 motocicletas, o que corresponde a uma queda de 11,1% na comparação com maio e de 23,3% sobre o mesmo mês de 2015. Já as exportações registraram alta de 70,7% nos primeiros seis meses do ano, com a venda de 31.134 unidades no mercado externo.

Os dados mostram também que em junho foram comercializadas 7.657 motocicletas, o que corresponde a um crescimento de 36,6% sobre maio e de 39,8% em comparação com junho do ano passado.

Segundo a Abraciclo, o movimento positivo ocorreu devido à melhora do ambiente econômico da Argentina. Segundo a entidade, foram licenciadas no primeiro semestre do ano 469.581 motos contra as 641.707 unidades vendidas no mesmo período de 2015, o que mostra um recuo de 26,8%.

No mês de junho, foram emplacadas 73.343 motocicletas, 4,3% a menos do que o mês anterior (76.644). Em relação a junho do ano passado, quando foram vendidas 101.109 unidades, houve queda de 27,5%.

De acordo com o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, a expectativa é a de fechar o ano de 2016 com queda de 13,7% na produção, recuo de 14,3% nas vendas no atacado e redução de 16,7% nas vendas no varejo. Apenas as exportações devem ter elevação (1,3%). “

O desafio para o segundo semestre é ultrapassar as 500 mil unidades no atacado, varejo e licenciamento e ainda superar as diferenças que perdemos no primeiro semestre. Isso será essencial para que consigamos manter esse nível de mais de 1 milhão de unidades que certamente será fundamental para todo o segmento”.

EMPREGOS

Os dados mostram também que, até abril de 2016, o número de empregados no setor chegou a 14.004, enquanto o ano de 2015 fechou com 16.102 funcionários. “Já vimos algum movimento de adequação do quadro funcional em algumas marcas, então a tendência é de redução da empregabilidade ao longo do ano”, disse Fermanian.

Segundo ele, mesmo com essa possível tendência, a indústria tem se esforçado para manter a empregabilidade. Entretanto, se os volumes de venda e produção se mantiverem como os atuais, o número dos postos de trabalho no setor deve cair.

Os resultados dependerão dos esforços de cada marca para minimizar o impacto no Polo Industrial de Manaus.

“Ainda não temos previsão de quantos empregos podemos perder, porque cada marca tem adotado estratégias diferentes. Se voltarmos para a produção de 2013, podemos perder cerca de 2 mil empregos até o final do ano, mas, se as indústrias forem conservadoras e voltarem ao patamar de 2011, podemos falar em 10 mil empregos. A cadeia de fornecedores também está sendo afetada, segundo Fermanian.

Eles estão em uma situação ainda mais difícil do que a indústria. Nossos associados têm relatado que tem havido bastante dificuldade para mantê-los ativos em Manaus e há alguns fabricantes que deixaram as atividades na Zona Franca de Manaus.

No momento, o maior esforço é o de convencer esses fornecedores a manter as atividades por lá.

Indústria de motos já cortou 2 mil em 2016

13/07/2016 - Fonte: Automotive Business



As fábricas de motos da Zona Franca de Manaus cortaram cerca de 2 mil postos de trabalho entre 2015 e abril de 2016 e podem perder mais vagas até dezembro: "Em abril a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) registrava 14 mil empregos no setor de duas rodas, mas houve cortes recentes e até o fim do ano esse total pode cair em mais mil ou 2 mil postos", diz Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo, entidade que reúne fabricantes de motos e bicicletas.

O executivo recorda que a produtividade (quantidade de motos montadas por trabalhador) até abril estava em 78 unidades, mesmo nível registrado em 2015. No melhor ano do setor, quando as fabricantes de Manaus montaram 2,13 milhões de motos, a produtividade chegou a 104 unidades, nível bem melhor que o atual, daí a possibilidade de redução dos quadros.

A Honda, que detém cerca de 80% do mercado, realizou em março um Plano de Demissão Voluntária (PDV) e obteve 500 adesões. A Yamaha, segunda colocada, adotou no fim de fevereiro o Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Segundo Fermanian, os fornecedores de motopeças enfrentam um momento tão ruim ou pior que as fábricas de motos. "As montadoras locais tentam mantê-los, mas alguns já foram obrigados a fechar as portas ou passaram a enviar sua produção a partir de unidades instaladas no Sudeste."

Grupo BMW tem recorde nas vendas globais

13/07/2016 - Fonte: Automotive Business



O Grupo BMW alcançou no primeiro semestre de 2016 a melhor marca histórica para suas vendas globais no período, com 1,16 milhão de carros entregues. O resultado é 5,8% superior ao já robusto volume negociado na primeira metade de 2015.

A boa performance foi puxada pela demanda da Europa, onde houve crescimento de 11,2% para 542,8 mil emplacamentos, e na Ásia, com 360,9 mil veículos entregues e expansão de 7,3%.

A região das Américas não seguiu a trajetória descendente e apresentou baixa de 8% na demanda por carros da fabricante, para 222,5 mil unidades. Em junho o resultado global do Grupo BMW também foi recorde, com 227,8 mil veículos vendidos globalmente e aumento de 9,1% sobre o mesmo mês de 2015.

Entre as marcas do Grupo, houve aumento nos volumes para todas no primeiro

semestre. Com 986,5 mil emplacamentos no mundo, os licenciamentos de automóveis BMW avançaram 5,8% no semestre, impulsionados pelo novo Série 7 e ainda pela evolução da linha de automóveis eletrificados da família i.

As entregas de carros da Mini evoluíram 5,4% e somaram 174,8 mil unidades de janeiro a junho. Segundo a empresa, o Convertible e o Clubman foram os modelos que puxaram a expansão.

As vendas da Rolls-Royce somaram 1,6 mil unidades, com queda de 4,8%. Já as entregas de motocicletas BMW Motorrad passaram da marca de 80 mil no primeiro semestre pela primeira vez na história, com alta de 3%.

Carro elétrico economiza 84% ante gasolina

13/07/2016 - Fonte: Automotive Business



Economia nos gastos com combustíveis é um dos maiores ganhos para quem utiliza veículos elétricos, apontam testes realizados pela Emotiva – Programa de Mobilidade Elétrica da CPFL Energia, a partir de dados coletados com empresas parceiras que aceitaram testar e usar os carros elétricos fornecidos pela Renault.

Uma das empresas foi a 3M, que utilizou um Renault Kangoo em sua frota de transporte de cargas entre maio de 2014 e fevereiro de 2016. Neste período, o veículo percorreu 6,13 mil quilômetros, uma média de 58 km/dia.

Para rodar os mais de 6 mil km, a 3M gastou R\$ 930 para o reabastecimento dos carros com energia elétrica, considerando a tarifa industrial A4 da CPFL Paulista (R\$ 0,31/kWh).

O custo equivalente do Kangoo a gasolina seria de R\$ 5,95 mil, o que representa economia de 84% com combustível, sem considerar a redução das despesas não mensuradas com manutenção, uma vez que os motores 100% elétricos não necessitam de troca de óleo, filtros e velas.

“A 3M utilizou o veículo elétrico da CPFL Energia para realizar diversas entregas a seus clientes-chave. Sempre percebemos excelente reação aonde chegávamos, uma vez que a iniciativa de se praticar o serviço de logística de forma sustentável agrada a todos. Agradecemos à CPFL pela oportunidade de participar de um projeto pioneiro como este, já que a inovação está em nosso DNA”, diz o engenheiro de processos de supply chain da 3M, Gustavo Soares.

USO PESSOAL

Segundo o levantamento, a economia no uso de veículos elétricos também se dá para motoristas em ocasiões de passeios, viagens e outros percursos, como deslocamento ao trabalho.

Entre julho de 2015 e janeiro de 2016, o gerente de gestão de caixa da CPFL Energia, Rinaldo Adriano Ribeiro, utilizou o Renault Zoe para as suas atividades diárias. No período, ele rodou 6,21 mil km em Campinas (SP), reabastecendo o veículo usando um eletroposto instalado em sua residência.

Na média, o veículo elétrico representou um acréscimo de 243,7 kWh no consumo mensal de energia elétrica na casa do gerente. Ao longo do período, foram realizadas 85 cargas, com periodicidade de cada a dois dias, totalizando um consumo total de 1,51 mil kWh. A cada recarga, a carga restante da bateria era, em média, de 39%. A autonomia média do Renault Zoe foi calculada em 119 km.

Este perfil de uso gerou um acréscimo de R\$ 1.028,69 na conta de luz de Ribeiro, considerando a tarifa residencial da CPFL Paulista (R\$ 0,6799 por kWh). Segundo a CPFL, caso Rinaldo percorresse a mesma distância com um veículo similar a gasolina, o custo total com combustível seria de R\$ 2,29 mil, o que significa economia de 55%, também sem levar em consideração os custos de manutenção.

“A experiência de conduzir um veículo elétrico é única. Extremamente silencioso e suave, o carro tem emissão zero de gases poluentes, além de excelente custo-benefício em relação à gasolina. Embora a autonomia e o tempo de recarga ainda são pontos a serem aprimorados, o veículo elétrico atende completamente as necessidades urbanas”, avalia Rinaldo.

No estudo produzido a partir dos dados coletados com Rinaldo, a área de inovação da CPFL Energia estima que deixaram de ser emitidos 876 quilos de CO₂, equivalente ao poder de absorção de cinco árvores.

PROJETO DE MOBILIDADE

Segundo a empresa, atualmente há uma consulta pública aberta na Agência Nacional de Energia Elétrica sobre o tema de mobilidade elétrica, representando o primeiro passo para que o órgão regulador avance na elaboração de um arcabouço regulatório para o desenvolvimento das atividades deste setor.

Além disso, o governo federal reduziu a alíquota do imposto de importação para veículos elétricos em outubro de 2015, passando de 35% para uma faixa de zero a 7%, diminuindo o preço de venda do carro no Brasil.

“Com o projeto Emotive, a intenção da CPFL Energia é estudar amplamente o tema de mobilidade elétrica no Brasil e desconstruir todos seus mitos, além de preparar técnica e comercialmente o grupo para o desenvolvimento de um mercado extremamente promissor”, afirma o diretor de estratégia e inovação da CPFL Energia, Rafael Lazzaretti.

Fábricas farão só 1 milhão de motos em 2016

13/07/2016 - Fonte: Automotive Business



O fraco desempenho do primeiro semestre obrigou as montadoras de motos em Manaus a revisar para baixo as projeções pela segunda vez no ano. Pelos novos números, o País deve produzir até o fim do ano menos de 1,1 milhão de unidades, praticamente a metade daquilo que o setor atingiu cinco anos atrás, em 2011, quando 2,1 milhão de motocicletas foram fabricadas.

Com a atualização das projeções, os emplacamentos devem ficar pouco acima de 1 milhão de motocicletas, resultando em queda de 16,7% em relação a 2015. Os dados

foram divulgados pela Abraciclo, entidade que reúne os fabricantes de motos e bicicletas instalados em Manaus.

Na comparação com o recorde de 2011, quando mais de 1,94 milhão de motos foram licenciadas no Brasil, a queda também é próxima dos 50%. A Abraciclo atribui o baixo volume atual à insegurança que ronda o consumidor: "O fluxo nas lojas diminuiu por causa das incertezas o comprador enfrenta", afirma o presidente da entidade, Marcos Fermanian. O problema se soma à pequena taxa de aprovação das propostas de financiamento, que oscila hoje entre 15% e 20%.

Como consequência, o consórcio superou o Crédito Direto ao Consumidor (CDC) como principal modalidade de compra e detém 35% das entregas totais (ante 32,6% do CDC). No primeiro semestre de 2015 as duas modalidades tinham o mesmo peso.

NÚMEROS DO PRIMEIRO SEMESTRE

De janeiro a junho as fabricantes instaladas em Manaus montaram 464,3 mil unidades, volume 33,4% menor que o registrado no mesmo período do ano passado. As vendas no atacado, feitas das fábricas à rede, somaram 452,4 mil motos, anotando retração de 31,4%.

Nos emplacamentos, a Abraciclo informa um total de 469,6 mil unidades no primeiro semestre, registrando queda de 26,8% em relação aos seis meses de 2015. A retração é bem maior que os 14,8% divulgados pela Fenabreve, em que o emplacamento não desconta os 77,5 mil ciclomotores com mais de um ano de uso licenciados desde o começo do ano.

As exportações no primeiro semestre totalizaram 31,1 mil motos e registraram crescimento de 70,7%, "mas sobre uma base muito fraca, por causa das dificuldades com a Argentina no ano passado; até o fim deste ano teremos um total muito próximo ao de 2015", diz Fermanian, referindo-se à projeção de embarque de 70 mil unidades em 2016.

Além da Argentina, o Brasil envia motocicletas para Colômbia, Austrália, Estados Unidos, México, Canadá, Costa Rica, Bolívia, Guatemala e Nova Zelândia.

Incorporação da TRW pela ZF completa 1 ano

13/07/2016 - Fonte: Automotive Business



A ZF TRW completou seu primeiro ano no dia 15 de maio último. A companhia nasceu da incorporação da TRW Automotive pela ZF Friedrichshafen AG. O objetivo do negócio foi ampliar a oferta de produtos e a presença no mercado global com soluções como sistemas de frenagem, de segurança e de assistência ao motorista, que antes não estavam no portfólio do grupo alemão.

As tecnologias são essenciais para a construção de veículos autônomos e, portanto, cada vez mais valorizadas pelas fabricantes de veículos.

No começo de 2016 a ZF TRW divulgou o primeiro balanço após a fusão, que demonstrava novas dimensões da companhia. O faturamento chegou a € 29,2 bilhões. A divisão de segurança passiva e ativa, que nasceu após a compra da TWR, somou €

8,9 bilhões em receitas. Houve aumento importante na presença de mercado, com equilíbrio maior nas vendas em cada região.

O peso da América do Norte no balanço saltou de 20% para 28%, enquanto na Europa a cota caiu de 56% para 47%. Na Ásia-Pacífico houve aumento de dois pontos percentuais, para 22%.

Já a América do Sul respondeu por 3% dos negócios com a queda do mercado brasileiro, que afetou os volumes da companhia. Ao longo do último ano a ZF diminuiu ainda seu endividamento em € 1,4 bilhão e destaca ter melhorado de forma expressiva o perfil de risco financeiro.

Os primeiros resultados da integração das tecnologias das empresas já aparecem em veículos conceito. Um deles é o Innovation Truck 2016, que traz funcionalidades como manobras autônomas, sistema Highway Driving Assist de condução assistida em rodovias e recurso de frenagem e manobras de desvio automáticas.

“Com a integração da TRW, a ZF cobre todos os aspectos essenciais da condução autônoma, fazendo com que os veículos possam ver, julgar e agir”, destaca em comunicado o CEO da ZF, Stefan Sommer.

Segundo ele, a empresa é capaz de produzir hoje sistemas de sensores, controles inteligentes e atuadores mecatrônicos. A companhia também concentra esforços no monitoramento da atenção do condutor para garantir mais segurança.

Novelis fornecerá alumínio para o novo Cadillac da General Motors

13/07/2016 - Fonte: Automotive Business

A Novelis será a fornecedora de alumínio para o novo Cadillac CT6 2016 da General Motors, o primeiro veículo da marca composto por materiais mistos e que terá 62% do metal leve em sua composição.

A fábrica da Novelis em Kingston, no Canadá, será responsável por fornecer o material à planta da GM em Detroit, nos Estados Unidos, enquanto a unidade em Changzhou, na China, será a fornecedora da GM de Xangai, que também produzirá o CT6.

“A Novelis vem fornecendo soluções em alumínio automotivo para veículos premium e de alta performance há mais de 40 anos e o Cadillac CT6 possui uma das estruturas veiculares mais avançadas em que já trabalhamos”, disse Pierre Labat, vice-presidente global de negócios automotivos da Novelis. “Temos orgulho de ser líderes no fornecimento de alumínio para este programa veicular inovador nos dois continentes”, completa.

O alumínio estará presente em toda a estrutura do carro que será fabricado tanto na América do Norte como na Ásia, incluindo os compartimentos do passageiro e na traseira, na estrutura do teto, painéis externos do chassi e estruturas das portas e piso.

O CT6 possui ainda uma das misturas de metais mais inovadoras utilizadas em estruturas veiculares na indústria, incluindo os painéis externos da carcaça e o sistema de tração traseira, fabricados totalmente em alumínio.

Segundo a Novelis, serão utilizadas técnicas avançadas de união na fabricação da estrutura do Cadillac CT6, incluindo uma tecnologia própria da montadora de soldagem de alumínio a ponto, que auxiliará na redução de peso, ao mesmo tempo em que eleva a resistência e eficiência do veículo.

Entre as técnicas empregadas também estão solda a laser, parafusos de perfuração térmica e rebites autofurantes, além de, aproximadamente, 183 m de adesivos estruturais avançados. O alumínio vai conferir ao modelo aumento de 10% na rigidez estrutural se comparado aos seus concorrentes.

Em todo o mundo, a chapa de alumínio automotivo da Novelis é utilizada em 180 modelos produzidos atualmente em todo o mundo. Desde 2011, a companhia investe globalmente a fim de triplicar sua capacidade de produção de chapas automotivas.

A Novelis prevê um crescimento contínuo no uso de soluções mistas de baixo peso para aplicações automotivas, incluindo um crescimento de dois dígitos no uso global de alumínio automotivo até o fim desta década.

Europa sustenta resultados do Grupo PSA no 1º semestre

13/07/2016 - Fonte: Automotive Business



O Grupo PSA sustentou no primeiro semestre de 2016 o patamar de vendas equivalente ao registrado no mesmo período do ano passado. Os negócios da empresa permaneceram estáveis, com leve queda de 0,2%, para 1,54 milhão de veículos entregues globalmente.

Entre as marcas, a Peugeot teve a melhor performance, com leve alta de 0,5% para 891,3 mil unidades. A demanda por modelos Citroën encolheu 1% e ficou em 600,9 mil carros. Já a linha premium DS teve 51,9 mil emplacamentos, com baixa de 2,9%.

Houve aumento importantes das vendas na Europa, com 1,05 milhão de veículos entregues no continente, volume 7,4% superior ao do primeiro semestre de 2015. Com isso, a região foi a principal responsável por impedir que a companhia registrasse queda no período. Foram 601,3 mil carros da Peugeot, com forte participação de modelos como 2008 e Partner.

Já a demanda por modelos Citroën somou 413,6 mil licenciamentos, recorde para os últimos cinco anos. C4 Picasso, C4 Cactus e C1 contribuíram para a evolução. As vendas de carros DS chegaram a 40,9 mil unidades com o lançamento do novo DS3 e do DS3 Cabrio.

As vendas na América Latina evoluíram 16,4% na comparação com igual intervalo de 2015, para 88,8 mil licenciamentos. O resultado da Peugeot foi positivo no Chile, com aumento de participação para mais de 7%, e na Argentina.

Mesmo em crise, o Brasil deu contribuição positiva para o resultado global de vendas do Grupo PSA. Os emplacamentos da Peugeot cresceram 2% no País apesar da contração de 25% do mercado no período. Os negócios da Citroën tiveram leve alta de 1,3% no continente, com 28,9 mil unidades.

Na região que inclui Europa Oriental e Ásia o Grupo PSA repetiu a performance do primeiro semestre de 2015, com leve contração de 0,1%, para 5,1 mil veículos. Na China e no Sudeste asiático o resultado foi negativo em 19,4%, com 296,5 mil carros. Houve queda também na região Índia e Pacífico de 19,5%, para apenas 10,4 mil

unidades. No Oriente Médio e na África a empresa entregou 87,4 mil veículos, com retração de 13,3%.

Brasil avança em ranking de melhores emergentes, mas segue entre os mais frágeis

13/07/2016 - Fonte: Paraná Online

O Brasil melhorou sua posição em um ranking do Bank of America Merrill Lynch sobre os mercados emergentes mais fortes, que leva em conta indicadores econômicos e de estabilidade financeira, mas ainda segue como um dos "três frágeis", junto com África do Sul e Turquia.

"O Brasil conseguiu superar a África do Sul e a Turquia desde o último levantamento, feito há seis meses", afirma o estrategista do BoFA para emergentes, David Hauner, em um vídeo comentando o relatório divulgado nesta terça-feira, 12.

Na economia brasileira, ele destacou a forte melhora das contas externas do país e as reservas internacionais, que garantem um colchão importante de proteção. Sobre a África do Sul, Hauner ressaltou o déficit fiscal e nas contas externas do país, além de inflação elevada.

Considerando o ranking dos dez principais emergentes, a China perdeu a liderança para a Coreia do Sul. O Brasil saiu da última posição há seis meses e agora está em oitavo. A Turquia está em nono e a África do Sul na lanterna. Da América Latina, o destaque é o México, na sexta colocação.

O BoFA também divulgou um ranking ampliado de emergentes, que inclui outros mercados menores. Neste caso, o país com melhores indicadores é Filipinas, seguido de Taiwan e Israel. A Venezuela é a última colocada. Neste levantamento, o Brasil ocupa a 12ª posição. O Peru é o país da América Latina com melhor colocação, na quinta posição.

Considerando os 10 principais emergentes, esta é a primeira vez que a China deixa a liderança desde que o ranking começou a ser feito, em 2009, de acordo com o relatório. O país asiático ainda é destaque em expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e reservas internacionais, mas perdeu a primeira colocação por conta de indicadores de endividamento. Já a Coreia ganhou destaque pela sua sólida situação fiscal e avanço das contas externas.

O Brasil deve ter o segundo pior desempenho do PIB este ano entre os emergentes monitorados pelo BoFA, com retração prevista de 3,5%, menor apenas que o da Venezuela (-7%). Já a Rússia, outro grande emergente em recessão, se destaca no ranking por conta dos bons indicadores fiscais, externos e de alavancagem, enquanto o baixo crescimento e a inflação são fatores negativos.

O país ficou em terceiro no levantamento que considera os 10 emergentes mais fortes, atrás da Coreia e China. Para fazer o ranking, o BoFa avalia 70 indicadores econômicos, incluindo crescimento do PIB, inflação e de estabilidade financeira, incluindo dados do setor bancário. Ao todo, são avaliados 4 mil indicadores para 56 mercados.

Comércio reflete enfraquecimento do mercado de trabalho, aponta IBGE

13/07/2016 - Fonte: Paraná Online

Os maus resultados do comércio varejista refletem a deterioração ainda em curso no mercado de trabalho, segundo Isabella Nunes, gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Os números do

comércio estão reagindo a esse enfraquecimento do mercado de trabalho, principalmente", afirmou Isabella.

Embora a inflação e o encarecimento do crédito também afetem diretamente alguns setores importantes, a renda do trabalho e a perspectiva de manutenção do emprego são determinantes para a decisão de consumo das famílias, lembrou a pesquisadora.

"As vendas do varejo refletem o consumo das famílias, que dependem de crédito e renda. A gente não tem nenhum reflexo de melhora que possa ter sido captada pelos índices de confiança, porque o mercado de trabalho ainda não se recuperou", avaliou.

De acordo com Isabella, a reação do mercado de trabalho a uma possível retomada dos investimentos será lenta, e o reflexo positivo sobre as vendas no varejo ocorrerá apenas quando aumentar a ocupação e massa salarial em circulação na economia.

Deputados aprovam MP que libera FGTS como garantia para consignado

13/07/2016 - Fonte: Bem Paraná

Os deputados aprovaram na noite desta terça-feira (12) a medida provisória 719, que permite a trabalhadores do setor privado a contratação de crédito consignado com recursos do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) como garantia. Da forma como foi avalizada, a proposta permite aos trabalhadores contratarem 10% do FGTS como garantia e até 100% do valor da multa rescisória no caso de demissão por justa causa.

A proposta dá ao Conselho Curador do FGTS o poder de estabelecer o número de parcelas e a taxa mensal de juros a ser cobrada pelas instituições. À Caixa Econômica, operadora do fundo, caberá definir procedimentos operacionais para viabilizar a modalidade de crédito consignado.

A MP, que agora segue para o Senado, foi anunciada no início de fevereiro e publicada em 30 de março, no pacote de incentivo ao crédito, uma das vias tentadas pela equipe econômica da presidente afastada, Dilma Rousseff, para reanimar a economia.

A estimativa do Ministério da Fazenda à época é que, se 10% dos trabalhadores usarem suas garantias para o consignado, o potencial de novas operações poderá chegar a R\$ 17 bilhões.

Para o governo, a possibilidade de uso do FGTS como garantia permite a substituição de dívidas caras por dívidas mais baratas, melhorando o perfil de crédito das pessoas. O texto também traz regras para seguro de embarcações e normas sobre utilização de imóveis para pagamento de débitos da dívida ativa da União.

Temer veta projeto que definia desastres naturais para saque do FGTS

13/07/2016 - Fonte: Paraná Online

O presidente em exercício, Michel Temer, decidiu vetar integralmente o projeto de lei 7.343, de 2010 (nº 158/07 no Senado Federal), que alterava o inciso XVI do artigo 20 da Lei 8.036, para definir eventos que são considerados desastres naturais, para fins de liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Segundo a justificativa do veto, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, que circula nesta terça-feira, 12, os ministérios do Planejamento e do Trabalho manifestaram-se contra o projeto pelas seguintes razões:

"A permanência da definição, em regulamento infralegal, do rol de motivos ensejadores dos saques do FGTS, decorrentes de desastre natural, é mais adequada,

pois permite ao Poder Executivo regulamentar quais desastres ensejarão o saque, e dando maior flexibilidade e celeridade à gestão de riscos.

Ademais, situações emergenciais ora em curso, e reguladas em Decreto, não estão contempladas na proposta sob sanção, a exemplo dos desastres provocados por colapso de barragens, o que ilustra a importância da flexibilidade do instrumento".

Conselho Mundial de Energia debate cenários energéticos para América Latina

13/07/2016 - Fonte: Bem Paraná

Os cenários energéticos da América Latina até 2035 começaram a ser debatidos nesta terça (12) no Seminário regional: Cenários Energéticos na América Latina, promovido pelo Comitê Brasileiro do CME (Conselho Mundial de Energia).

O evento ocorre na Universidade Petrobras. Presidente do Comitê Brasileiro do CME, Norberto de Franco Medeiros informou que os cenários em discussão abrangem, entre outros temas, preços do petróleo no mercado internacional, energias alternativas, água versus energia e implicações da COP 21 (21ª Conferência do Clima) no setor de energia.

As informações são da Agência Brasil. A COP 21 foi realizada em dezembro do ano passado, em Paris, e resultou na assinatura de um acordo global firmado por 195 países para reduzir as emissões de gases poluentes na atmosfera.

Medeiros disse que o setor enfrenta atualmente não um problema, mas um "trilema". "Ao mesmo tempo, o mundo tem de suprir a demanda crescente, tem de ligar dois bilhões de pessoas que não têm energia sob a forma comercial e, além disso, tem de proteger o meio ambiente. Esse é o grande dilema do setor", afirmou.

De acordo com o presidente, entre os principais pontos do setor de energia para 2016 estão as energias renováveis, incluindo hidráulicas, que representam hoje 30% de toda a capacidade instalada do mundo e 23% da produção de energia. Segundo ele, isso ocorreu porque, nos últimos dez anos, cresceu muito a energia solar e eólica. Para Norberto Medeiros, "a energia renovável é um grande negócio".

Ele acrescentou que, no ano passado, os investimentos nessa área bateram recorde. Foram aplicados US\$ 286 bilhões em 154 GW (gigawatts) de novas usinas de fontes renováveis, sendo 76% de fonte eólica e solar. Conforme o presidente, a tendência de curto prazo é aplicar nessas duas fontes.

Norberto Medeiros disse acreditar que o mundo vai continuar usando energias fósseis. "É muito difícil substituir completamente a produção de carvão dos países ricos. Vamos fazer usinas de carvão menos poluidoras, tentar captar o carbono, fazer o diabo para melhorar isso.

Na China e nos Estados Unidos, que têm muita energia elétrica por meio do carvão, é muito difícil [substituir]. Outra coisa é o petróleo. Com todos os carros do mundo, vamos continuar procurando coisas para modificar, mas não é simples". Segundo o presidente do comitê, a energia nuclear também ganhará ênfase nos próximos anos.

"Vamos chegar a um ponto em que vamos usar mais nuclear." Durante o seminário latino-americano, que se estenderá até esta quarta (13), o Brasil lançará seu programa Jovens Líderes de Energia, à semelhança do que tem o CME, que já reúne 50 países.

Medeiros destacou que, de três em três anos, o CME organiza um grande congresso mundial que, em 2016, ocorrerá em Istambul, na Turquia. Paralelamente, ocorrerá

um encontro dos jovens líderes. "É o pessoal se preparando para o futuro na área de energia", concluiu o presidente do comitê brasileiro.

Governo Temer revê usinas e quer vender energia à Argentina

13/07/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo do presidente interino, Michel Temer, desenhou um plano para resolver o problema do excesso de energia no sistema elétrico do país. A equipe do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, quer vender eletricidade para a Argentina e cancelar usinas e projetos que foram contratados, mas cujas obras ainda não começaram.

Pelos cálculos do governo, a produção de energia programada para os próximos meses supera a demanda em cerca de 6.000 megawatts (MW), o equivalente a quase 10% do consumo previsto para este ano. Parte dessa energia será produzida em usinas já instaladas. Outra parte está programada para entrar no sistema a partir do próximo ano.

O governo pretende fechar com a Argentina a venda de 25% dessa sobra de energia, cerca de 1.500 MW. Junto com essa operação, o cancelamento de projetos que ainda não saíram do papel permitiria reduzir em 56% a quantidade de energia que ficará sem uso devido à queda no consumo, puxada pelo fraco desempenho da economia brasileira.

Brasília e Buenos Aires já têm um acordo para repassar energia de um país para o outro quando há necessidade em uma das pontas, sem custo financeiro. O governo brasileiro discute agora com o país vizinho uma proposta comercial com definição de prazo, quantidade e preço para venda efetiva da energia.

A comercialização está liberada desde maio, quando os dois países incluíram um dispositivo num antigo memorando sobre intercâmbio de energia assinado pelas duas nações. Hoje, os argentinos já compram energia do Chile, do Uruguai e da Bolívia.

No caso do cancelamento de projetos, a ideia é negociar o rompimento dos contratos assinados com as empresas que venceram as licitações. Isso evitaria que essas companhias, que ainda não iniciaram as obras previstas nos contratos, sejam obrigadas a arcar com as pesadas multas por atraso impostas pela Aneel, a agência reguladora.

Técnicos avaliam como colocar isso em prática sem gerar problemas jurídicos. De qualquer maneira, o cancelamento do contrato teria um custo para as companhias, mas inferior às multas, segundo um integrante do governo que participa da discussão. Projetos de energia solar que foram licitados em 2014 podem ser alvo desse cancelamento. Eles somam cerca de 900 MW de energia que deveriam entrar na rede brasileira a partir do ano que vem.

A operação também pode beneficiar a Eletrobras. A estatal tem participação em projetos que somam aproximadamente 1.000 MW de energia, mas que ainda não deslançaram. Com o cancelamento, a empresa, que enfrenta dificuldades financeiras, ficaria livre da obrigação de fazer novos investimentos.

Para tentar uma solução definitiva para a sobra de energia, a Aneel aprovou em abril um mecanismo que permite às distribuidoras devolverem às geradoras parte da eletricidade que foi contratada, mas que acabará não sendo vendida até dezembro por causa da queda no consumo.

A agência autorizou as distribuidoras a negociar a suspensão de parte do fornecimento, ou sua postergação.

As distribuidoras já estão amargando prejuízo por causa do excedente. Pelas regras em vigor, essas empresas podem transferir para as contas de luz apenas uma pequena parcela do custo da energia contratada e não vendida.

OPERAÇÃO ENXUGA

Governo interino monta proposta para reduzir o volume de energia que foi contratado pelas distribuidoras neste ano, mas que não será vendido por causa da queda no consumo

6.000 MW É o volume estimado de eletricidade que vai "sobrar" no sistema

ALTERNATIVAS PARA RESOLVER O PROBLEMA

1. Venda para a Argentina. Brasil quer vender 1.500 MW para o país vizinho. Atualmente os dois países repassam eletricidade sem custo entre as partes
2. Cancelamento de projetos. Governo estudo saída jurídica para cancelar projetos de geração de energia que foram contratados mais ainda não começaram a ser montados
3. 1.900 MW é o volume de energia que pode deixar de ser gerada caso o cancelamento seja aprovado
4. Renegociação de contratos. A Aneel autorizou as distribuidoras de energia renegociarem os contratos de compra de eletricidade já firmados

PROBLEMAS DO EXCESSO DE ELETRICIDADE CONTRATADA

* Distribuidoras não podem repassar para a conta de luz todo o custo da compra de energia não vendida, o que gera prejuízo para as companhias.

Temer cria fundo para inovação com menos de 10% do valor investido em 2015

13/07/2016 - Fonte: Bem Paraná

Para tentar dar uma resposta a um dos muitos pedidos empresariais, o governo do presidente interino Michel Temer estuda novas formas de financiamento para impulsionar a inovação no país.

No entanto, sem espaço para dispensar um volume significativo de recursos, o dinheiro que será investido neste ano equivale a apenas 9% do que foi aplicado em pesquisa no ano passado. Segundo a Folha de S.Paulo apurou, os recursos iniciais que poderão ser liberados são de pouco mais de R\$ 500 milhões.

O BNDES e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) são, atualmente, os principais financiadores de projetos de pesquisa e inovação. Juntas, as duas instituições desembolsaram R\$ 5,5 bilhões para esse tipo de projeto em 2015. O volume representou uma queda aproximada de 15% em relação ao dinheiro aplicado em 2014.

A falta de verba para financiar projetos de pesquisa e desenvolvimento é uma das reclamações de empresários que acreditam faltar, por parte do governo, apoio à inovação.

A demanda se junta a outras mais tradicionais, como excesso de tributação e de burocracia, falta de infraestrutura, entre tantos pontos de uma agenda antiga do setor. Michel Temer se reuniu com empresários na última na sexta-feira (8) e disse que o governo está comprometido com a pesquisa no país.

Pela proposta do governo, serão dois diferentes modelos de financiamento. Um será custeado com dinheiro público e outro com dinheiro privado. Além disso, eles terão destinação distintas.

No primeiro modelo, com dinheiro público, a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) será a gestora e terá o objetivo de estimular a pesquisa em órgãos ligados a universidades, como o Coppe, da UFRJ, e o IPT, da USP.

No segundo, privado, a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) será responsável por captar recursos junto ao mercado financeiro e aplicá-los em projetos de start-ups.

Ambos os projetos estão sendo liderados pelos ministérios que comandam essas instituições, MDIC (Indústria e Comércio Exterior), MCTIC (Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações) e MEC (Educação). Como a maioria dos projetos criados pelo governo interino de Michel Temer, a viabilidade dos fundos depende da confirmação do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff.

Índice Dow Jones fecha com novo recorde histórico

13/07/2016 - Fonte: G1

O índice industrial Dow Jones subiu 0,66%, 120,74 pontos, a 18.347,67 unidades, superando seu maior recorde, de maio de 2015. O tecnológico teve alta de 0,69%, com 34,18 pontos, a 5.022,82 unidades; o melhor resultado deste ano.

O índice S&P 500, que bateu seu recorde histórico na segunda-feira, continuou subindo e acumulou 14,98 pontos (0,70%), a 2.152,14 unidades.

Analistas atribuíram esses ganhos à confiança nas perspectivas econômicas dos Estados Unidos demonstradas pelo relatório de mercado de trabalho divulgado nesta sexta-feira. A isso se soma a expectativa de que o Federal Reserve não elevará os juros imediatamente.

Para os analistas, os investidores também têm medo de ficar de fora da onda de valorizações. "O impulso gera impulso", disse Charlie Bilello da Pension Partners.

Montadoras negociam novas licenças e demissões voluntárias

13/07/2016 - Fonte: Jornal Extra/Globo

Com um excedente de mão de obra estimado em 32 mil trabalhadores pela Anfavea, a associação das montadoras, e as vendas do mercado interno despencando 25% no ano, a indústria automobilística inicia o semestre negociando com os sindicatos formas de evitar novas demissões.

Estão na pauta licenças remuneradas, prorrogação dos lay-offs (suspensão do contratos de trabalho), extensão do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), alterações na remuneração, programas de demissões voluntárias, e até mesmo reestruturações na produção, com empregados sendo treinados para montar tanto veículos de passeio como caminhões.

Mesmo tendo fechado 29 mil vagas nos últimos três anos, as montadoras têm hoje 21,3 mil trabalhadores no regime de PPE (em que há redução de jornada e de salário em até 30%), e outros 4.700 empregados em lay-off — quando o trabalhador fica em casa e parte do salário vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

SINDICATO DEFENDE 'REFLEXÃO'

Em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, concentra-se boa parte desse excedente de mão de obra. Considerando só as linhas de montagem de Volkswagen, Ford e Mercedes-Benz com sede na cidade, são 6.400 funcionários a mais do que o necessário para o atual nível de produção, segundo as montadoras.

— Os trabalhadores do ABC são mais caros do que em outras montadoras. Os sindicatos, que são fortes na região, quase sempre conseguiram bons benefícios e reajustes salariais.

Agora, com a crise aguda na economia, a conta está chegando — diz o especialista em setor automobilístico da consultoria Oikonomia, Raphael Galante, lembrando que as unidades de produção da área são mais antigas e, portanto, menos produtivas que as mais modernas, como as de Hyundai, em Piracicaba, e Honda, em Indaiatuba, ambas no interior paulista.

A Volks foi a primeira a enviar ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC uma pauta de “reestruturação e de redução de custos”. Na fábrica de São Bernardo, onde são montados Gol, Saveiro e Jetta, calcula-se um excedente de 3.600 trabalhadores, entre metalúrgicos e pessoal administrativo.

A empresa propõe, entre outras medidas, um Programa de Demissão Voluntária (PDV), alterações no banco de horas e na jornada de trabalho, continuidade do PPE e do lay-off e, segundo o sindicato, que os trabalhadores fiquem sem reajuste em 2017, 2018 e 2019.

Atualmente, dos dez mil empregados da Volks em São Bernardo, 8.400 estão inseridos no PPE e 610 em lay-off. Há um acordo coletivo que vale até 2019, mas que se baseia numa produção anual de 250 mil unidades, que não deve ser atingida este ano. Por isso, as negociações foram reabertas.

— A situação atual exige um processo de reflexão capaz de dar soluções que interessem aos trabalhadores. Da empresa, esperamos que ela abra mão de cláusulas apresentadas — afirma o secretário-geral do Sindicato, Wagner Santana, acrescentando que a pauta da empresa já foi apresentada aos trabalhadores.

DE CARRO PARA CAMINHÃO

Procurada, a Volks informou, em nota, que as projeções indicam queda de 20% na produção este ano, e de 40% em relação a 2014, quando foi fechado o acordo coletivo em vigor. Por isso, a empresa diz que retomou o diálogo para que sejam “construídas alternativas para o novo cenário que se impõe”.

Na Mercedes, que fabrica ônibus e caminhões em São Bernardo do Campo, dos dez mil funcionários, 1.800 estão em licença remunerada. Há um PDV aberto desde 1º de julho, e, segundo a montadora, o excedente de mão de obra é de 2.000 pessoas.

A empresa diz que medidas estão sendo adotadas para evitar demissões e que o diálogo com o sindicato é constante. O segmento de caminhões teve queda de 32% nas vendas em junho em relação ao mesmo mês de 2015.

Na unidade da Ford no ABC, onde é produzido o Fiesta, os trabalhadores estão sendo treinados para trabalhar também na linha de montagem de caminhões, a partir de outubro. A fábrica tem 4.500 empregados. Com essa “otimização”, o excedente de mão de obra na unidade cai a 850 pessoas.

Destas, 450 entrarão em lay-off, e será aberto um PDV com meta de adesão de 300 trabalhadores da produção e cem do setor administrativo. Os funcionários aprovaram o acordo.

Em nota, a Ford informou que as medidas adotadas visam adequar a estrutura atual às condições de mercado “em razão da contínua deterioração das condições de negócios e conseqüente redução dos volumes de vendas e produção”.

Tesla descarta desativar 'piloto automático' após acidente fatal

13/07/2016 - Fonte: Auto Esporte

A fabricante americana de veículos elétricos Tesla anunciou na terça-feira (12) que não prevê desativar seu sistema de condução automática, o 'Autopilot', objeto de uma investigação oficial das autoridades dos Estados Unidos após a morte de um homem que viajava com este sistema ativado.

O presidente da Tesla, Elon Musk, afirmou que os donos de carros elétricos de luxo precisam ser instruídos sobre como utilizá-los, em entrevista ao jornal americano Wall Street Journal.

"Muita gente não entende o que é, nem como ativá-lo", disse o empresário.

Ele ressaltou que a empresa classificou a tecnologia como "beta", ou versão de teste avançada, para indicar que o sistema ainda não foi aperfeiçoado e que, portanto, o usuário "não deve ser complacente".

Contatada pela AFP, a Tesla não quis comentar o assunto.

Em maio, um homem morreu na Flórida enquanto usava o 'Autopilot' no carro Model S da Tesla. Nem o motorista nem o sistema conseguiram detectar a manobra de um caminhão que cruzou com o veículo, de modo que os freios não foram acionados.

O sistema permite que o veículo mude automaticamente de pista, controle a velocidade e freie para evitar uma colisão. A função é ativada pelo motorista e pode ser anulada por ele.

A arrecadação também é vítima da complexidade tributária

13/07/2016 - Fonte: Contábeis.com



A elevada carga tributária e a complexidade dos impostos não prejudicam apenas o contribuinte. Causam danos também aos cofres dos governos, como aponta um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

O levantamento mostra que no ano passado o estoque das dívidas fiscais – aquelas envolvendo tributos - tanto de contribuintes pessoas físicas quanto de empresas, chegou a R\$ 2,21 trilhões. Esse montante superou, pela primeira vez, a arrecadação do país, que em 2015 atingiu R\$ 2,01 trilhões.

Ou seja, se a inadimplência do contribuinte não existisse, a arrecadação tributária dobraria, o que resolveria boa parte do déficit dos governos. Mas a enorme inadimplência dos contribuintes é real, e em grande monta causada pela elevada carga e complexidade do sistema tributário. Uma espécie de feitiço que se volta contra o feiticeiro.

"A empresa evita ficar devendo para funcionários ou fornecedores, porque se fizer isso ela fecha. O normal é ficar devendo ao fisco, porque sempre vai ter opção de renegociar essas pendências", diz João Eloi Olenike, presidente do IBPT.

O estoque das dívidas fiscais, que bateu os R\$ 2,21 trilhões em 2015, era de R\$ 175,7 bilhões em 1979, já corrigindo o valor pela inflação atual. Embora esse crescimento exponencial envolva aumento de custos dos mais variados e conjunturas econômicas distintas, segundo Olenike, as questões tributárias foram as que mais pesaram nessa elevação.

Nesse intervalo de 36 anos, a carga tributária do país cresceu mais de 70%. Em 1979 ela representava 20% do Produto Interno Bruto (PIB), e passou para 34,2% em 2015.

De acordo com o presidente do IBPT, o contribuinte precisa lidar com 63 tributos em seu cotidiano. Alguns deles, como o Pis e a Cofins, possuem 75 leis, além de centenas de decretos e portarias que dão as diretrizes sobre como serão cobrados e a destinação dada aos valores arrecadados com eles.

O mesmo é visto para o ICMS, que possui praticamente 27 regimes de apuração distintos, um para cada Estado. Para piorar, o nosso sistema tributário permite que um imposto incida sobre outro, como o próprio ICMS, que entra na base de cálculo do PIS e da Cofins, por exemplo.

“Esse tipo de complexidade estimula a sonegação, outro fator que pesa negativamente na arrecadação”, diz Olenike.

O que o Brasil perde ao não ensinar a empreender na escola

13/07/2016 - Fonte: Contábeis.com

No ano passado, 52 milhões de brasileiros entre 18 e 64 anos estiveram envolvidos na criação ou na manutenção de um negócio – quase 40% da população nessa faixa etária, segundo o estudo Global Entrepreneurship Monitor de 2015.

Mesmo que sejamos um país empreendedor, esse otimismo vem acompanhado da falta de preparação para a realidade empresarial: em média, 25% das pequenas e médias empresas no Brasil fecham suas portas com apenas dois anos de atividade.

Com cinco anos de operação, este índice aumenta para mais de 50%. Isso, claro, afeta o país de diversas maneiras: desde uma situação econômica mais instável até uma piora na percepção da própria população quanto ao seu potencial.

Há diversas razões para a falta de capacitação dos empreendedores brasileiros. Porém, uma muito evidente é a falta de incentivo para abrir sua própria empresa desde cedo: já na escola, o possível empreendedor não se vê representado em nada que aprende. Veja, a seguir, o que a sociedade brasileira ganharia se nossas escolas ensinassem os jovens a criarem projetos inovadores:

1. Formaríamos pessoas que são protagonistas e executam

A capacidade de pensar em soluções é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Porém, nada vai acontecer se ela não estiver aliada com outra competência: a de executar aquilo que ainda está apenas dentro de nossas mentes.

Aprender a empreender é, basicamente, ser forçado a tirar sua grande ideia do papel. “O empreender é determinado por sua capacidade de mobilizar pessoas e recursos em prol de um objetivo – ou seja, de colocar um negócio de pé.

Ele forma pessoas protagonistas, que trazem autonomia e liderança”, afirma Paula Sato, gerente de projetos da aceleradora Artemisia, que possui uma aula voltada para jovens em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Essa capacitação, no final, beneficia não apenas os alunos, mas também a sociedade – afinal, os negócios a impactam e a transformam diretamente.”

2. Teríamos uma cultura de inovação, que aprende com erros

O benefício de começar a empreender já na escola ou na universidade é poder ter um ambiente seguro para errar, defende André Fleury, professor de Engenharia de Produção da Universidade de São Paulo (USP) que auxilia o Núcleo de Empreendedorismo da USP (NEU), feito por alunos.

“O grande desafio de criar um negócio está nas primeiras etapas: descobrir o cliente e trabalhar seu produto ou serviço. Por isso, é preciso identificar os empreendedores, ajudá-los a desenvolver ideias, achar consumidores, refinar o que a empresa oferece e chegar até a primeira venda.”

“É fundamental a criança e o adolescente entenderem o que é risco e aprenderem a conviver com ele. Assim, eles entendem que, apesar de tudo nascer de ideias, é preciso também consolidá-las em um plano e obter a aceitação do mercado”, diz Marcus Quintella, coordenador do MBA em empreendedorismo da FGV.

Fleury complementa e diz que a parte de desenvolvimento de produto ou serviço é mais adequada ao ensino médio. O aluno consegue voltar e escolher novos caminhos sem muito risco, por ser um ambiente simulado – inclusive na hora de decidir se quer mesmo empreender.

Na universidade, os alunos conseguem viabilizar esse empreendimento, inclusive financeiramente: eles terão acesso ao ecossistema empreendedor, com investidores e concorrentes, por exemplo.

3. As empresas ganhariam funcionários melhores

Nem todos que aprenderem sobre **empreendedorismo** na escola terão seu próprio negócio, evidentemente. Mesmo assim, isso não quer dizer que as aulas serão jogadas no lixo: muitos conceitos podem ser aplicados à vida de funcionário.

“Esse empregado pode nem saber que é empreendedor, mas aplica os fundamentos de um negócio aprendidos de forma interna: é o chamado ‘intraempreendedorismo’. No fim, tudo é atividade empreendedora: toda escolha envolve planejar e conhecer riscos, por exemplo”, afirma Quintella.

Fleury cita algumas das competências empreendedoras que podem ser aplicadas nas organizações: o pensamento estratégico; o planejamento baseado em uma visão geral do negócio, por meio de ferramentas como o canvas; e a prototipagem de produtos e serviços da própria área onde o funcionário atua, fazendo uma aprendizagem validada. Tudo isso, claro, só aumenta a qualificação dos funcionários.

4. Veríamos empresas e pessoas mais comprometidas e responsáveis

Uma grande característica do empreendedorismo é trabalhar por um propósito: mesmo diante dos riscos, há uma missão tão importante a ser cumprida que faz os empreendedores largarem tudo pelo negócio – inclusive altos salários e carreiras estáveis.

A consequência de trabalhar com grandes objetivos é criar a responsabilidade, desde cedo, em crianças e adolescentes. “Quando você se identifica com o propósito, faz as tarefas não por ser obrigação, e sim pela satisfação futura. É diferente de um sistema escolar tradicional, que trabalha por punição e não por recompensa”, diz Ricardo Yogui, coordenador da pós-graduação em empreendedorismo, inovação e negócios do IBMEC-RJ.

Além de criar pessoas mais comprometidas na hora de executar tarefas, o empreendedorismo também os faz pensar como agentes transformadores na sociedade: é possível trazer inovação ao mundo, ressalta o especialista.

“O empreendedorismo já vai criando o conceito de empoderamento, moldando a consciência ambiental, econômica e social como uma coisa só - e não tendo apenas a

recompensa financeira como objetivo. Isso é essencial, inclusive, para a formação do cidadão.”

A ação empreendedora pode ainda resolver gargalos no país – pensando especialmente nos que mais são prejudicados pela ineficiência: os mais pobres. “A sociedade está precisando de inovação, e isso pode sair principalmente das startups. Nós precisamos de melhores serviços e processos, e essas empresas podem suprir uma parte das demandas por melhorias”, diz Fleury.

“Por meio de pessoas que inovam, você pode transformar áreas como educação e saúde, por exemplo. Além de beneficiar o próprio empreendedor, o empreendimento pode trazer poder de escolha a um usuário de baixa renda. São os chamados negócios de impacto social”, afirma Paula.

5. Pensaríamos mais na coletividade e menos no “cada um por si”

Outro conceito trabalhado no empreendedorismo e que pode ser usado para toda a vida profissional é o senso de coletividade – todos são responsáveis pelo bem geral da organização (ou de um país), ainda que sejam especialistas em apenas uma área.

“No ambiente escolar, e até na graduação, costumamos trabalhar em grupo e não em equipe – cada um cuida de uma coisa e não há muito critério. Já quando você empreende, é realmente preciso pensar sobre aproveitar as melhores habilidades de cada um, com um olhar mais críticos”, diz Yogui, do Ibmecc-RJ.

Atuar coletivamente desde cedo tem um desdobramento: ao conhecer diversas áreas, o aluno trabalha com a interdisciplinaridade e pode adquirir diversas experiências ao longo da vida escolar. “Ele também pode ir descobrindo sua vocação ao longo dos anos, em vez de decidir apenas no final do ensino médio”, diz o docente.

6. Os empreendimentos brasileiros iriam sobreviver mais

A consequência de empreendedores e funcionários mais capacitados e responsáveis é óbvia: dessa forma, os negócios conseguem ficar mais tempo operando, resolvendo o problema que apresentamos no começo desta matéria.

“Ensinar o empreendedorismo melhora o nível das empresas, porque ensina a criar negócios sustentáveis e baixa a taxa de mortalidade destes. Teremos empreendedores que não são apenas apaixonados, e sim com planejamento, com estudo de mercado e com avaliação de risco. Assim, criamos uma cultura empreendedora com fundamento”, diz Quintella, da FGV.

Como incentivar o ensino do empreendedorismo, então?

Alguns especialistas ressaltaram que veem algumas atividades empreendedoras nas escolas brasileiras – porém, elas são escassas e muito concentradas nas escolas particulares. Para eles, ainda falta um planejamento sistêmico para incentivar o pensamento inovador.

Por exemplo, a inclusão de uma matéria de empreendedorismo no currículo escolar, para instituições privadas e públicas, seria uma ótima ação. Porém, isso provavelmente irá demorar.

“Eu defendo uma escola que prepare o sujeito para a sociedade, para situações mais gerais da vida. O empreendedorismo deveria ser uma matéria complementar formalizada no currículo, como artes e música. As melhores escolas no Brasil já incentivam isso por meio de atividades, como simulações para abrir empresas”, conta Quintella.

Uma sugestão de Yogui para contornar a demora legislativa é estabelecer mais pontes entre o ensino superior e a educação básica.

“As universidades poderiam interagir mais com o ensino fundamental e médio para compartilhar seu conhecimento. Isso traz benefícios para os dois lados, e não ficaríamos tão dependentes de legislações e normas”, defende o professor do Ibmec/RJ. Os alunos aprendem e as universidades podem cooptar estudantes qualificados no futuro próximo.

É algo que já acontece do Massachusetts Institute of Technology (MIT): o instituto oferece cursos de verão sobre os fundamentos do empreendedorismo para estudantes do ensino médio, em uma iniciativa chamada MIT Launch.

Outra ação que as escolas poderiam adotar é levar estudantes para conhecerem não apenas universidades, mas aceleradoras e espaços de coworking. Assim, os alunos entram em contato com a rotina prática de um empreendedor em estágio inicial.

Informalidade crescente prejudica a economia

13/07/2016 - Fonte: Contábeis.com



A economia informal perdeu força nos últimos anos, mas deixou de se reduzir em 2014 e registrou pequeno crescimento no ano passado, segundo o Índice de Economia Subterrânea (IES) do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV) e do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). É má notícia, pois a informalidade deve ser qualificada como grave distorção econômica, com elevados custos sociais.

O Brasil foi conhecido até décadas atrás como paraíso da informalidade, tratada como alternativa à formalização de atividades sujeitas a tributos escorchantes. Era uma visão obviamente distorcida.

Empresas ou trabalhadores informais agem na ilegalidade. Não recolhem tributos, não obedecem a exigências legais e administrativas, fazem concorrência desleal aos formais e contribuem para o desequilíbrio das contas públicas. Até empresas de porte chegavam a atuar na informalidade, com a conivência da fiscalização.

Para o trabalhador, atuar na economia informal significa perder direito, como o acesso à Previdência Social e ao seguro-desemprego. Para a empresa, significa sujeitar-se a penalidades fiscais e a outras sanções.

Em 2003, quando o IES começou a ser feito, a economia subterrânea representava 21% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse percentual caiu até 16,1% do PIB em 2014 e subiu para 16,2% do PIB em 2015. Não são números exatos, como notou há tempos o economista Samuel Pessoa, do Ibre-FGV. Mas indicam uma tendência.

O governo ajudou a combater a informalidade com a criação de regras fiscais favoráveis aos pequenos e médios negócios, como o Simples e a microempresa individual (MEI).

O responsável pelo IES, Fernando de Holanda Barbosa Filho, do Ibre, nota que “o vigor da crise atingiu toda a economia”. O indicador seria maior não fosse a resistência do mercado de trabalho até 2014, o que já não ocorre. É provável que os números deste e do próximo ano piorem. A metodologia de cálculo do IES leva em conta tanto os números do trabalho informal como a demanda por papel-moeda.

A economia informal existe em todo o mundo, mas é menor em economias desenvolvidas. Nos Estados Unidos e na Alemanha, é estimada em cerca de 10% do PIB. Em países emergentes, como os do Leste Europeu, é da ordem de 20% do PIB. Ou seja, informalidade baixa é sinal de desenvolvimento – e é isso que o País deve perseguir.

Estudo mostra que empresas brasileiras pagam mais impostos do que devem

13/07/2016 - Fonte: Portal Contábil

Os gastos tributários exibem grande impacto no caixa das empresas. Isso pode significar falta de atenção a real carga tributária do seu negócio! O grande desafio dos empresários frente ao momento econômico delicado é controlar custos e obter lucro. Entretanto, apesar da busca constante por economia, eles não se atentam à importância da informação contábil, ferramenta essencial na tomada de decisões.

Infelizmente, desconhecer a real carga tributária da empresa é uma realidade entre profissionais. Atualmente, existem 92 tributos em vigor e a carga tributária do Brasil equivale a 35,42% do Produto Interno Bruto (PIB), fato indesejável, pois trava o crescimento econômico.

Um estudo da Studio Fiscal, rede de franquias especializada em consultoria tributária empresarial, mostrou que 99% das empresas pagam, em média, R\$650 mil a mais do que devem em impostos e contribuições no período de cinco anos, pois desconhecem as oportunidades tributárias.

Nesse momento, o CEO fundador do Grupo Studio, José Carlos Braga Monteiro, recomenda um planejamento tributário, pois ele parte da utilização de métodos legais (benefícios fiscais previstos na legislação tributária) para diminuir a carga tributária das empresas.

Entre tantas finalidades, esse planejamento é essencial para analisar o melhor regime de tributação para a empresa de modo a evitar que ela seja enquadrada em um regime que não trará tantos benefícios ao seu segmento, ressalta José Gado, consultor tributário do Grupo Studio.

Tais benefícios serão de grande relevância na manutenção e no crescimento dos médios e grandes negócios, pois por meio de uma análise e diagnósticos da sua atual situação, será promovido um plano de ajustes necessários e, por consequência, o seu fluxo de caixa será aquecido.

Seguindo o mesmo raciocínio, Yuri Ghabril, Diretor Comercial da Studio Fiscal, explica que o planejamento tributário deve ser utilizado como estratégia comercial não só por trazer significativa redução de custos futuros, recuperar valores pagos a maior a título de tributação, mas porque desenvolve planejamentos e reestruturações do modelo de negócio para tornar a empresa mais competitiva no mercado.

Assim, fica claro que uma consultoria tributária é benéfica, pois é capaz de identificar diversas situações que não são encontradas facilmente por outro tipo de revisão, pois exibe um alto índice de precisão uma vez que o seu foco é na análise minuciosa dos cinco últimos anos contábeis das empresas.

Studio Fiscal

A Studio Fiscal, pioneira e maior rede de franquias no ramo de consultoria tributária empresarial em esfera administrativa, já realizou mais de 2.500 trabalhos em médias e grandes empresas, com êxito em 99,9% dos casos, contabilizando a recuperação de mais de R\$ 850 milhões em créditos tributários, o que levou significativa economia e novo fôlego para o fluxo de caixa de seus clientes. Os franqueados desse modelo de

negócio ficam responsáveis apenas pelo comercial da franquia, enquanto a franqueadora realiza todo o trabalho técnico.

Senado aprova pacote: veja quais categorias terão reajuste salarial

13/07/2016 - Fonte: Correio Braziliense

Depois de muita pressão do funcionalismo, o plenário do Senado aprovou um pacote de oito projetos de reajustes salariais de servidores públicos civis e militares da União, celebrados pela presidente afastada, Dilma Rousseff.

A votação só foi possível após acordo entre os líderes da base governista e da oposição. Pelo trato, os textos ficaram exatamente como vieram da Câmara, mas pontos polêmicos serão vetados pelo presidente interino, Michel Temer.

Os vetos atingirão itens como a criação de mais de 14 mil cargos, a transposição entre carreiras e a criação de gratificações, entre outros. Os textos já haviam sido aprovados, pela manhã, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O acordo teve o objetivo de evitar mudanças no texto, o que implicaria o retorno do projeto para a apreciação dos deputados. Caso isso acontecesse, as propostas só seriam votadas em agosto, tendo em vista a proximidade do recesso parlamentar.

O atraso causaria forte desgaste do governo perante os servidores, que esperam o dinheiro do reajuste nos contracheques do mês que vem. Governo e parlamentares não divulgaram qual será o impacto financeiro dos projetos. O acordo costurou parte da alegação de que os aumentos já têm previsão orçamentária, a despeito dos deficits projetados de R\$ 170,5 bilhões em 2016 e de R\$ 139 bilhões em 2017.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) lembrou os reajustes ficarão abaixo da inflação prevista para o período de 2016 a 2019. Foram beneficiadas mais de 40 carreiras, entre servidores da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União, do Banco Central, dos ministérios da Educação, da Cultura, e do Desenvolvimento Agrário.

Os projetos contemplam também as carreiras jurídicas do Executivo (advogados e procuradores), e os militares. De acordo com o Planejamento, somente no Executivo, cerca de 1,1 milhão de servidores serão alcançados.

Bolso cheio

Confira algumas das carreiras que garantiram aumento de salários. No total, mais de 40 categorias foram beneficiadas. Os aumentos vão de 10,8% a 41,5%, divididos em dois, três e quatro anos, dependendo do acordo

- Servidores da Câmara dos Deputados
- Integrantes do Tribunal de Contas da União
- Advogados da União (AGU)
- Técnicos e analistas do Banco Central
- Funcionários do Ministério da Educação
- Servidores do Ministério da Cultura
- Funcionários do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de ex-territórios federais
- Agentes penitenciários, médicos e técnicos de hospitais públicos
- Procuradores federais, da Fazenda Nacional e do BC, também contemplados com honorários advocatícios de R\$ 3 mil, em 2016
- Militares

Quem ficou de fora

Nem todos tiveram a mesma sorte e esperam a boa vontade do governo para encaminhar os projetos ao Congresso

- Auditores-fiscais da Receita Federal
- Analistas tributários da Receita Federal
- Auditores-fiscais do Trabalho
- Analistas de infraestrutura
- Analistas técnicos de políticas sociais
- Peritos federais agrários (Incra)
- Servidores do Dnit
- Agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal
- Delegados e peritos da Polícia Federal
- Policiais rodoviários federais
- Diplomacia

* Para os peritos-médicos do INSS, que tiveram reajuste de 21,3%, o governo emitiu, na sexta-feira, uma medida provisória que prevê bônus de R\$ 60 a cada pericia feita.



13/07/2016 - Fonte: Folha de S. Paulo

Vamos combinar. Michel Temer introjetou que, mesmo na interinidade, representa a instituição "Presidência" e tem se comportado de acordo com tal princípio. A situação alternativa — supor-se "interino" e "esperar para ver" — apenas aumentaria ainda mais o caos em que estamos metidos.

Convicto de que não há grandes divergências sobre o diagnóstico adequado do problema que nos assombra e de que não há escassez de talentos para resolvê-lo, construiu, habilmente, uma espécie de parlamentarismo de ocasião para dar o necessário suporte político às medidas corretivas, o que até agora parece estar dando certo.

O conhecimento acumulado de como funciona, concretamente, o sistema econômico imerso na sociedade em que vivemos e a possibilidade de acomodá-lo às nossas necessidades depende da nossa capacidade de manipulação adequada das variáveis à nossa disposição. Ocorre que, sem o poder político para implementá-la, a mais sofisticada política econômica, mesmo informada pela mais fina teoria, terá, apenas, um valor estético!

É por isso que Temer começou pelo começo. Organizou uma maioria política e escolheu uma equipe econômica tecnicamente bem preparada, experiente e expedita.

Apresentou um programa crível para a recuperação da economia (que levará alguns anos). Tão logo seja aprovada no Congresso a proposta da emenda constitucional que estabelece o teto das despesas públicas de cada ano, o país estará pronto para continuar a avançar com outras medidas (aposentadoria, vinculações, desindexação do salário mínimo, maior liberdade de negociação salarial etc.) que aumentarão a credibilidade do programa.

A meta de deficit primário de R\$ 139 bilhões para 2017 (contra os R\$ 170,5 bilhões de 2016), declarada na semana passada, foi entendida como um esforço realista adequado pela maioria dos analistas.

Foi mal recebida por alguns: os que ignoram que a essência do exercício da política é reconhecer que sempre existe o "outro lado". A "realpolitik" é entender o que ele realmente quer (não o que diz querer) e negociar sem comprometer o objetivo principal.

Os que a criticaram são, de um lado, "principistas" ingênuos (creem-se amparados numa "ciência". Logo, não há o que negociar!) e, de outro, a esquerda "infantil" (que sempre ignorou as restrições físicas). No fundo, no fundo, são ambos opositores enrustidos do exercício da democracia sem adjetivos...

Com todos os seus problemas, é inegável que a Constituição de 1988 colocou o Brasil num outro patamar político e permitiu claros avanços no gozo da liberdade individual, na inclusão social e no aumento da igualdade de oportunidades. Não devemos jogar fora a criança juntamente com a água do banho...

(Antonio Delfim Netto - ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

CSN critica Nippon Steel por tratamento a aumento de contratos com a Usiminas

13/07/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

A CSN afirma "estar muito preocupada" com o tratamento considerado por ela "raso" dado à questão do aumento em número e valor de contratos do Grupo Nippon Steel com a Usiminas, de menos de R\$ 4 bilhões declarados em 2011 para R\$ 20 bilhões em 2014, como consta no respectivo formulário de referência.

Na nota publicada em jornais nesta quarta-feira, 13, para "restabelecer a verdade e cobrar esclarecimentos", a CSN lembra que é a maior acionista brasileira da Usiminas e que o grupo japonês "insiste em negar informações públicas".

Isso após a Nippon ter publicado na segunda-feira (11) carta alegando que a concorrente tem conduzido campanha em jornais e em outros veículos de mídia "espalhando diversas críticas infundadas" contra a Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation".

"Ignorando a posição do Cade, que rejeitou quaisquer inconformidades com os contratos entre NSSMC e Usiminas, a CSN insiste em indicar, de maneira enganosa, que o valor agregado dos contratos entre Usiminas e NSSMC teria aumentado de R\$ 2 bilhões em 2012 (antes da entrada da Ternium) para mais de R\$ 20 bilhões em 2014 (após a entrada da Ternium)", dizia a Nippon.

Sobre a menção ao Cade, a CSN rebate que o grupo Nippon Steel tenta "enredar terceiros de reputação ilibada em seu ardil".

A CSN diz, ainda, que não há em atas de reunião de conselho de administração da Usiminas, registradas na Jucemg, notícia de que esses contratos tenham sido aprovados pelo colegiado, como manda o estatuto da siderúrgica mineira. "Disso se conclui que, ou as atas não foram registradas, como manda a lei, ou os contratos nunca foram aprovados."

Na nota, a CSN volta a questionar a necessidade do aumento de capital, no valor de R\$ 1 bilhão, "quando o próprio Grupo NSC reconhece que há recursos suficientes na controlada Mineração Usiminas SA (Musa)", em torno de R\$ 1,3 bilhão, "que não foram disponibilizados à Usiminas por oposição do Grupo NSC, que prefere que o financiamento da Usiminas se dê da forma mais gravosa aos seus minoritários, muitos dos quais foram diluídos nesse último aumento de capital."

Cobre opera em alta com dados de importação favoráveis da China

13/07/2016 - Fonte: Isto É Dinheiro

Os futuros de cobre operam em alta significativa nesta manhã, após dados chineses favoráveis de importação do metal e em meio à desvalorização do dólar ante outras moedas.

Por volta das 7h55 (de Brasília), o cobre para três meses negociado na London Metal Exchange (LME) subia 1,5%, a US\$ 4.939,50 por tonelada.

Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para setembro avançava 1,42%, a US\$ 2,2445 por libra-peso, às 8h10 (de Brasília).

No primeiro semestre, as importações chinesas de cobre subiram 22% ante igual período do ano passado, a 2,74 milhões de toneladas, segundo números publicados nesta madrugada. Apenas em junho, as importações ficaram estáveis ante o mês anterior, a 430 mil toneladas.

A China é o maior consumidor mundial de cobre e de outros metais básicos. O cobre também é favorecido nos negócios da manhã pela fraqueza do dólar em relação a outras divisas, como o euro, a libra e o iene.

Volume de serviços prestados tem pior desempenho registrado em maio desde 2012

13/07/2016 - Fonte: EM.com

O volume de serviços prestados recuou 0,1% em maio ante abril, na série com ajuste sazonal, informou nesta quarta-feira, 13, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em Minas Gerais, o recuo no período foi de 0,4%.

Na comparação com maio do ano anterior, houve recuo de 6,1%, já descontado o efeito da inflação. Este foi o 14º resultado negativo consecutivo e o pior desempenho para o mês dentro da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços, iniciada em 2012.

Em abril de 2016 ante abril de 2015, a taxa foi revisada de -4,5% para -4,8%.

Desde outubro de 2015, o órgão divulga índices de volume no âmbito da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Antes disso, o IBGE anunciava apenas os dados da receita bruta nominal, sem tirar a influência dos preços sobre o resultado. Por esse indicador, que continua a ser divulgado, a receita nominal caiu 0,7% em maio ante igual mês de 2015.

Com o resultado de maio, o volume de serviços prestados acumulou queda de 5,1% no ano e recuo de 4,8% em 12 meses.

A série da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) foi iniciada em janeiro de 2012. A divulgação de hoje foi a primeira a trazer dados com ajuste sazonal (que permitem a análise do mês contra o mês imediatamente anterior), porque, segundo o IBGE, a dessazonalização necessitava de uma série histórica de aproximadamente quatro anos.

Transportes e correio

O setor de serviços registrou em maio perdas disseminadas entre as atividades da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada pelo IBGE. Um dos segmentos mais pesados, os serviços de transportes e correio registraram retração de 9,1% em maio em relação ao mesmo período do ano anterior.

A queda também foi acentuada nos serviços profissionais e administrativos, que recuaram 7,8% em maio ante maio de 2015. Os serviços prestados às famílias encolheram 7,0%; serviços de informação e comunicação caíram 2,6%; e o segmento de outros serviços diminuiu 6,2%.

Recessão leva a debandada de empresas da Bovespa

13/07/2016 - Fonte: Gazeta do Povo



Com a economia retraída e sem clareza no horizonte político, o número de empresas listadas que anunciaram a intenção de sair da BMF&FBovespa continua a crescer. Entre ofertas públicas de aquisição (OPA) para cancelamento de registro já assinaladas ou

em análise na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), há 18 operações na fila de “retiradas” da bolsa. No ano passado, foram dez ofertas – um dos maiores índices dos últimos anos.

Na terça-feira (12) foi a vez do grupo de eletrodomésticos Whirlpool – dono das marcas Brastemp e Consul – informar sobre uma oferta para adquirir a totalidade das ações em circulação de sua subsidiária brasileira, que tem baixa liquidez.

Em 2015, nomes como a Souza Cruz, que tinha presença garantida no portfólio de muitos investidores dada sua característica defensiva, em seus quase 60 anos na bolsa, disseram adeus aos investidores.

Na lista de empresas de saída da bolsa estão a Dasa, que tem operações no ramo de diagnósticos clínicos e é dona da marca curitibana Frischmann Aisengart, e a paranaense Iguazu Celulose S.A.

O exemplo da Souza Cruz é parecido com a da Whirlpool do Brasil, pois ambas têm um controlador estrangeiro decidindo fechar o capital da subsidiária brasileira. “O controlador estrangeiro tem acesso a outros mercados para captações”, explica o professor de finanças da Universidade de São Paulo (USP), José Roberto Savoia. No caso do grupo Whirlpool, as ações estão listadas nos Estados Unidos.

Para negócios de grande porte e com forte atuação internacional, faz sentido a saída da BM&FBovespa, de acordo com José Domingos, sócio líder da área de auditoria da Grant Thornton.

“A decisão parece acertada e esse movimento deve continuar”, diz. O chefe da Valor Gestora de Recursos, William Castro Alves, ressalta que o controlador pode optar em investir em suas próprias ações por causa do baixo preço dos papéis.

Entre as razões para uma empresa decidir deixar o mercado de ações, segundo especialistas, podem figurar ainda a falta de necessidade de captar recursos, os custos para manter o capital aberto e reestruturações societárias.

Na fusão entre a BM&FBovespa e a Cetip, por exemplo, a última deixará o rol de empresas listadas após a união dos negócios ser aprovada pelos órgãos reguladores.

Baixo interesse

O movimento de fechamento de capital é comum e faz parte da dinâmica do mercado, assim como as aberturas. No entanto, está claro o receio de empresas em abrir o capital.

O último IPO no Brasil foi a da Par Corretora, em junho do ano passado. Agora, o mercado segue na expectativa de algum movimento para outubro, sendo a IRB Brasil Re a principal candidata a acabar com a “seca” de novos entrantes na listagem da BM&FBovespa.

“O fechamento de capital, por si só, é algo natural. O problema é quando só se tem saída e não entradas, como agora”, afirma Mauro Cunha, presidente da Amec, associação que representa os acionistas minoritários.

Além da recessão, que inibe novas ofertas de ações, Cunha também vê outros motivos para fechamentos de capital.

Entre essas novas modalidades estão empresas em severas dificuldades e as que preferem listar seus papéis fora do País, caso da JBS (dona da marca Friboi). Neste ano, a empresa de alimentos anunciou que decidiu mudar sua sede para a Irlanda e abrir listagem também na Bolsa de Nova York.

Caixa pode oferecer condição melhor de financiamento', diz presidente do banco

13/07/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A Caixa Econômica Federal se prepara para reduzir, ainda este ano, os juros na compra da casa própria, diz o presidente da instituição. Hoje, há um sistema padrão, mas a ideia é flexibilizar os critérios para beneficiar quem pode dar entrada maior, garantia e pagar em prazo mais curto.

Para combater a inadimplência no Minha Casa Minha Vida, banco poderá tomar medidas para retomar os imóveis. Saiba mais na entrevista com o presidente do banco público, Gilberto Occhi

Com a sangria da poupança, a Caixa vai ter recursos para o crédito habitacional?

Neste ano, estamos garantindo o mesmo volume do ano passado, de cerca de R\$ 91 bilhões. A grande demanda, mesmo nesse momento de retração do setor imobiliário, continua sendo na faixa do FGTS, que tem mantido a disponibilidade dos recursos e até aportado mais na faixa que a gente pode operar, que vai de R\$ 225 mil a R\$ 500 mil [de valor do imóvel] e de R\$ 500 mil até R\$ 750 mil em algumas capitais [Brasília, Rio, São Paulo e Belo Horizonte]. Estamos administrando as demandas em relação a imóveis acima desses valores.

A Caixa estuda alternativas para o financiamento habitacional?

Estamos fazendo avaliações com as áreas de risco, financeira e da habitação, para fazer uma adequação nas condicionantes atuais [cota de financiamento, taxa e prazo].

Se eu e você procuramos um financiamento de R\$ 500 mil, por exemplo, e eu tenho uma entrada para oferecer e você não, as condições são as mesmas para nós dois. A ideia é fazer com que essas condicionantes passem a ser móveis.

Pode explicar melhor?

No caso de um mesmo imóvel de R\$ 500 mil, se estou oferecendo, por exemplo, uma garantia ou pegando R\$ 200 mil de financiamento e você, R\$ 500 mil, então eu poderia ter uma condição melhor ou de taxa ou de prazo. Se o cliente tem o FGTS para aportar, se pede menos financiamento, se tem um recurso maior para colocar, pode ter uma taxa menor.

Hoje, você tem a mesma coisa para todos: a taxa de juros, a cota e o prazo. A única diferenciação que a gente tem é se ele é cliente da Caixa ou não. Aquele que tem uma movimentação com a Caixa e que, além disso, tem o salário na banco, sempre tem uma condição melhor.

Estamos pensando em oferecer a condição diferente à medida que tenha clientes ou demandas diferentes. Muita gente quer um financiamento menor e liquidar logo a dívida ou quer só a metade do (valor do) imóvel. Posso dar a ele uma taxa menor, suportada nos parâmetros de funding (financiamento), e, para isso, estamos fazendo os estudos.

Quando os estudos ficam prontos?

Acho que, ainda este ano, a gente consegue lançar uma coisa nova no mercado imobiliário.

Isso pode mexer com o mercado?

Qualquer movimento que a gente faça mexe com o mercado. A Caixa tem 67% do mercado imobiliário.

Então, claro que a Caixa é reconhecida como um banco que oferece as melhores condições para o financiamento habitacional, e o que a gente quer é aprimorar isso e dar uma oportunidade maior para o cliente ter condições melhores e não igual para todos.

A demanda não está fraca, diante da crise na economia?

A demanda está menor, e temos dificuldade com o funding [financiamento] da poupança. Daqui a pouco, se o mercado melhorar e a captação melhorar, você começa a ter condições de voltar a ter uma fonte de recursos barata, e a Caixa pode oferecer uma condição melhor para o cliente.

E a linha de material de construção, o Construcard, que tem alto índice de inadimplência?

A inadimplência do Construcard é maior do que a da habitação, mas o custo também é maior. O que estamos buscando é fortalecer essa operação, que tem boa aceitação em todo o país.

A ideia é criar uma garantia acessória que pode ser um seguro de crédito. Se houver um seguro como esse, isso vai significar para nós a possibilidade de você ter até uma redução na taxa de juros, compensando até essa despesa.

Há uma força-tarefa para combater fraude no Minha Casa Minha Vida?

Temos dedicado um serviço de inteligência sobre esse assunto. Ele não está concluído. A inadimplência na Faixa 1 (população de baixa renda que recebe subsídio de até 95% no valor das casas) é superior. Temos de adotar medidas de cobrança, de tomada e de substituição daquelas famílias que estão inadimplentes.

Vão retomar o imóvel da faixa 1?

Isso é uma discussão que está na pauta, até porque aquelas moradias recebem cerca de 95% de subsídio do governo federal. Entendemos que aquela parcela que está sendo cobrada – o mínimo de R\$ 25 e o máximo de R\$ 80 – tem de ser paga para que ela possa ajudar no retorno do capital.

A gente tem de ter uma política de esclarecimento de cobrança. Está na pauta o que fazer com aquelas famílias que pagavam R\$ 200 do aluguel e hoje não pagam R\$ 25 [da parcela]. É o entendimento equivocado da ajuda social.

O que o banco está fazendo para ajudar o setor da construção afetado pela crise?

Estamos ajustando aqui e ali e botando dinheiro para empreendimentos ficarem prontos. Estamos alongando o pagamento de seis até 12 meses, no máximo, mantendo as mesmas condições. Entendemos que a velocidade de vendas em 2014/2015 era outra. Precisamos fazer uma readequação sob pena de parar a obra.

A Caixa vai participar do programa de concessões em infraestrutura?

Sim. Entendemos que existem recursos disponíveis e o que precisamos é destravar algumas questões, dar segurança jurídica e elaborar bons projetos de infraestrutura.

O setor privado reclama da falta de crédito para concessões.

A Caixa tem R\$ 500 bilhões para emprestar. Temos crédito para infraestrutura e habitação. O grande problema é onde emprestar, como emprestar e dar a segurança

jurídica às operações, constituir garantias, ter bons projetos. Estas foram as grandes dificuldades para o PAC não decolar.

De onde mais virão os recursos?

Teremos recursos do Banco do Brasil, da Caixa, do BNDES ou dos bancos privados, recursos do FGTS e de outro fundo internacional que queira investir aqui. Já conversamos com chineses, bancos e investidores. Recurso não será problema. O problema é a necessidade da estabilidade política, e precisamos ter clareza, dar segurança jurídica e ter bons projetos.

A indicação do seu nome para a Caixa causou críticas por não ter um perfil técnico.

Sou funcionário de carreira e vou fazer 36 anos de Caixa neste ano. Sou um nome técnico, eu nunca fui candidato, nem a síndico. Nunca houve comigo e com [Henrique] Meirelles [ministro da Fazenda] nenhuma discussão nesse sentido. Fui indicado pelo partido [PP], mas fui ministro das Cidades e da Integração Nacional. Eu iria voltar para o banco de qualquer jeito.

E sobre as mudanças nas vice-presidências da Caixa?

Essa é uma decisão do Palácio de encontrar o melhor momento. Todos aqui são funcionários da Caixa. Hoje, nós temos apenas dois vice-presidentes que não são funcionários da Caixa.

Mesmo com uma eventual indefinição de nomes, quero dizer que todos aqui têm um baita compromisso com a Caixa, independentemente se serão eles ou não. Eles estão batalhando muito para entregar resultado porque são funcionários. Este é o segredo.

A gente ouve dizer que o banco era uma caixa preta. O que encontrou?

Não existe aqui nenhum esqueleto para desmontar e tirar do armário. Precisamos de sustentabilidade e eficiência. Precisamos de um resultado maior. Esse é nosso objetivo.

Temos uma inadimplência menor do que o mercado e vamos trabalhar para ela ser ainda menor no segundo o trimestre. Não precisamos de aporte do governo. Temos a possibilidade de abrir o capital da Caixa Seguridade, da Lotex (raspadinha) e da área de cartões.

Em que pé está o processo de vendas desses ativos?

Da Lotex, foi criada a estatal Caixa Instantânea para explorar a raspadinha. Vamos vender a participação de, no mínimo, 51%. E o parceiro que vier vai ter todas as oportunidades possíveis de explorar esse produto no Brasil.

Quando os negócios deverão ser concretizados?

Vai depender do mercado. Nós podemos falar que estamos prontos, preparados. A oportunidade pode surgir entre setembro e dezembro ou no início do próximo ano. Isso significa duas coisas importantes, um repasse de recursos ao Tesouro e um aporte de capital na Caixa.